

Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SCFR)



MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

31 de janeiro de 2021

Índice

Resumo Executivo	4
A. Atividade e resultados	4
B. Sistema de governo	5
C. Perfil de risco	6
D. Avaliação para efeitos de solvência	8
E. Gestão do capital	9
A. Atividades e Desempenho	11
A.1. Atividade	11
A.3. Rendimentos, ganhos e gastos de investimentos	23
A.4. Resultados de outras atividades	24
A.5. Outras informações	25
B. Sistema de Governo	26
B.1. Informação geral sobre o Sistema de Governo	26
B.2. Requisitos de aptidão e idoneidade	31
B.3. Sistema de gestão de riscos, incluída na autoavaliação de riscos e de solvência	33
B.4. Sistema de Controlo Interno	38
B.5. Função da Auditoria Interna	40
B.6. Função Atuarial	41
B.7. Subcontratação	42
C. Perfil de risco	44
C.1. Risco de Subscrição	45
C.2. Risco de Mercado	47
C.3. Risco de Contraparte	51
C.4. Risco de Liquidez	53
C.5. Risco Operacional	54
C.6. Outros riscos relevantes	55
C.7. Outras informações	58
D. Avaliação para efeitos de solvência	61
D.1 Informação sobre a avaliação dos ativos	61
D.2. Provisões técnicas	63
D.3 Informação sobre a avaliação de outros passivos	73
D.4. Métodos de avaliação alternativos	75
D.5. Informações adicionais	75

D.6. Anexos	75
E. Gestão de capital.....	80
E.1. Informação sobre os fundos próprios	80
E.2. Capital de Solvência Obrigatório e Capital Mínimo Obrigatório	87
E.3. Uso do submódulo de risco de ações baseado na duração no cálculo do Capital de Solvência Obrigatório.....	90
E.4. Diferenças entre a Fórmula Padrão e qualquer modelo interno utilizado	90
E.5 Incumprimento do Capital Mínimo Obrigatório e do Capital de Solvência Obrigatório	90
E.6. Informações adicionais	91

Resumo Executivo

O presente Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira foi preparado pela MAPFRE Seguros, relativo ao exercício de 2021 e de acordo a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que aprovou o novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR) e cuja estrutura e conteúdo se encontram definidos no Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro.

O Relatório comporta informações quantitativas e qualitativas, complementadas por modelos quantitativos anuais definidos pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro, bem como as Certificações emitidas pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável, de acordo com a Norma Regulamentar nº2/2017-R, de 24 de março publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A informação de natureza quantitativa e qualitativa é disponibilizada no portal da Companhia (www.MAPFRE.pt) e submetida também ao supervisor por via de *upload* no portal da ASF.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram atividades ou outros eventos significativos, com impacto material na Companhia.

Não obstante, ao longo do presente capítulo são apresentadas comparações com as informações incluídas no relatório relativo a 2020.

Os dados desta secção provêm das contas anuais da Entidade que foram elaboradas de acordo com o PCES – Plano Contabilístico das Empresas de Seguros.

A. Atividade e resultados

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. (doravante, a Entidade ou a Sociedade) é uma companhia de seguros dedicada ao negócio de Vida, cobrindo os riscos legalmente associados às linhas de negócio seguintes:

- Seguro com participação nos resultados
- Seguro vinculado a índices fundos de investimento
- Outro seguro de vida

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE España, S.A. e por fim, esta última, é detida pela MAPFRE, S.A, empresa matriz do Grupo.

O resultado da conta técnica foi de 855,52 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021 (3.477,21 em 2020), que juntamente com o resultado da conta não técnica, 159,75 milhares

de euros (254,66 em 2020), permite alcançar um resultado antes de impostos de 1.015,27 milhares de euros (3.731,87 em 2020).

Durante o exercício de 2021, o volume de prémios (inclui produção referente a contratos de investimento) emitidos de seguro direto foi de 60.521,64 milhares de euros (35.332,55 em 2020).

Em linha com o mercado, o segmento dos produtos de capitalização, muito ajudado pelos produtos Unit-Linked, viram o seu volume de vendas alcançar os 36,87 milhões de euros, o que representa uma subida de 161,4% face ao ano anterior.

De destacar a evolução do segmento de Risco Puro que apresentou um crescimento de 27,4%, uma vez mais bastante por cima do mercado que se ficou por 5,3%.

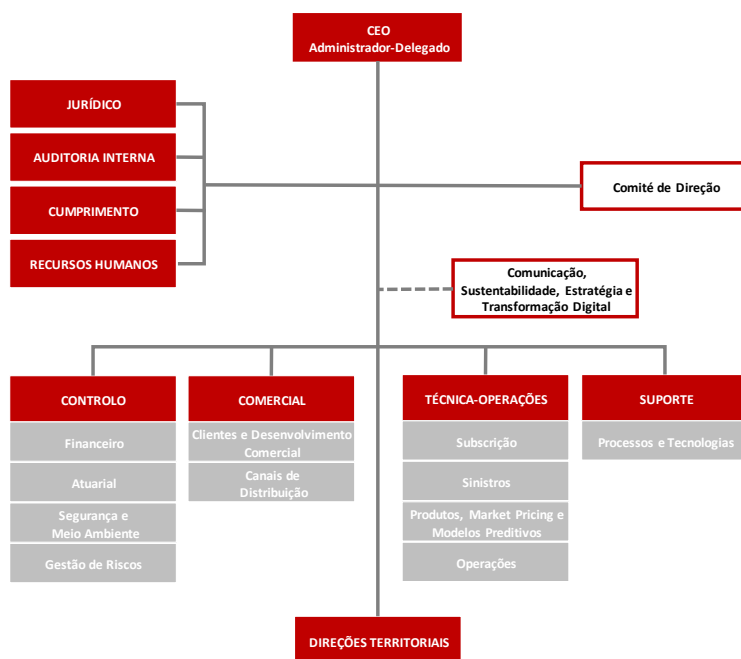
Do lado dos produtos de poupança (PPR e similares), apesar do contexto pouco atrativo das taxas de juro, estes progrediram favoravelmente crescendo 15,5%.

O total dos rendimentos e ganhos dos investimentos durante o ano ascendeu a 7.396,47 milhares de euros (12.196,39 em 2020), o que representa um decréscimo de 39,4% face ao ano anterior.

No que respeita à rentabilidade, as ligeiras diminuições verificadas nos últimos anos nos títulos de dívida estão diretamente relacionadas com a atual conjuntura económica de baixas taxas de juro que vai fazendo sentir o seu efeito, pois à medida que os títulos se vão vencendo, o seu reinvestimento é feito a taxas mais baixas.

B. Sistema de governo

A Entidade conta com os seguintes órgãos para o seu governo individual: Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Para além da situação descrita, a Entidade é supervisionada pelo Comité de Direção Regional Ibéria, Área Regional do Grupo MAPFRE, na qual a Entidade se insere e sobre o qual recai a supervisão direta das Unidades de Negócio na região.



Estes órgãos de governo permitem a adequada gestão estratégica, comercial e operativa e permite dar a resposta de forma adequada em tempo e forma a qualquer eventualidade que possa manifestar-se nos diferentes níveis da organização e/ou na sua envolvente de negócios e corporativo.

Com o objetivo de garantir que o sistema de governo da Entidade conte com uma estrutura adequada, a Entidade, dispõe de uma série de políticas que regulam as funções-chave (Gestão de riscos, *Compliance*, Auditoria interna e Atuarial) e asseguram que essas funções seguem os requisitos impostos pelo regulador e, são fiéis às linhas de governo estabelecidas pelo Grupo MAPFRE. No ponto B, do presente relatório, inclui-se a informação sobre estas funções.

O Conselho de Administração da MAPFRE Seguros é o último responsável para garantir a eficácia do Sistema de Gestão de Riscos, de estabelecer o perfil de risco e os limites de tolerância, assim como de aprovar as principais estratégias e políticas de gestão de riscos dentro do quadro gestão de riscos estabelecido pelo Grupo. Relativamente ao Sistema de Gestão de Riscos adotou-se o modelo das três linhas de defesa.

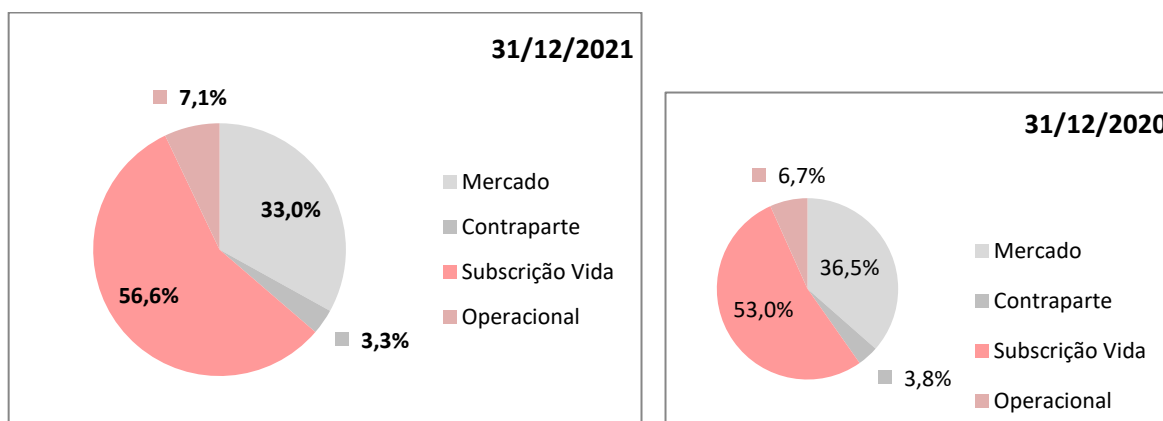
Neste quadro a MAPFRE Seguros apresenta uma estrutura composta por áreas que, nos seus respetivos âmbitos de competência, executam de forma independente atividades de supervisão dos riscos assumidos.

C. Perfil de risco

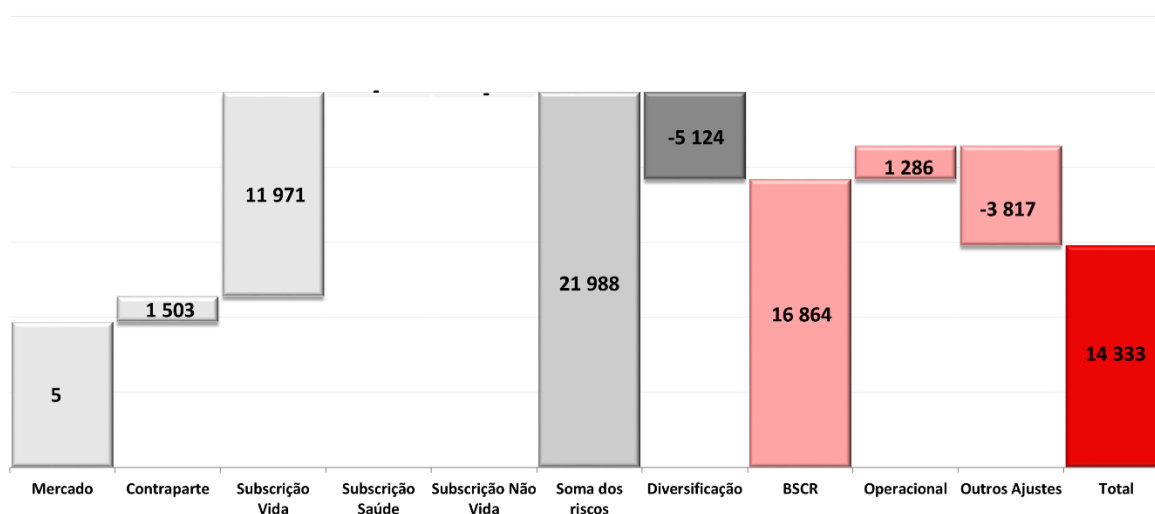
A MAPFRE Seguros calcula o Capital de Solvência Obrigatório (doravante RCS ou SCR), de acordo com os requisitos da metodologia estabelecida pela referida normativa para o cálculo

dos capitais de solvência requeridos, da fórmula-padrão, metodologia estabelecida pela diretiva de Solvência II.

Seguidamente, mostramos a composição do RCS da Entidade, baseado nos riscos incluídos pela fórmula-padrão e a percentagem do capital regulatório requerido para cada um desses mesmos riscos:



Capital de Solvência Requerido por categoria de risco



Unidade: Milhares de Euros

O valor total do RCS da Entidade, a 31 de dezembro de 2021 ascende a 14.333 milhares de euros, sendo que a 31 de dezembro de 2020 era de 14.738 milhares de euros.

Na rubrica “Outros ajustes”, apresenta-se, de forma conjunta, a capacidade de absorção de perdas pelas Provisões Técnica e por Impostos Diferidos.

A capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas ascende a 7 milhares de euros (10 milhares em 2020) e a capacidade de absorção de perdas do imposto diferidos ascende a 3.810 milhares de euros (2.460 milhares em 2020).

O valor do RCM da Entidade, a 31 de dezembro de 2021, ascende a 6.450 milhares de euros, sendo que a 31 de dezembro de 2020 era de 6.632 milhares de euros. Esta redução deve-se fundamentalmente à diminuição do próprio RCS.

Em 2021 não se produziram alterações significativas em relação às medidas utilizadas para avaliar os principais riscos dentro da Entidade.

Para o cálculo do RCS a entidade não utilizou nem simplificações nem parâmetros específicos.

Foi ainda incluído, no ponto C.6-Outros Riscos, os quais a MAPFRE Seguros considera como parte do seu perfil de risco e que não estão incluídos na fórmula-padrão e que são identificados no processo ORSA. Geralmente, são riscos de carácter qualitativo.

Além disso, a Entidade realiza análises de sensibilidade do rácio de solvência em relação a determinados eventos, cujos resultados mostram que a Entidade continuaria a cumprir os requisitos de capital de solvência mesmo em circunstâncias adversas.

O Conselho de Administração da MAPFRE Seguros é o último responsável para garantir a eficácia do Sistema de Gestão de Riscos, de estabelecer o perfil de risco e os limites de tolerância, assim como de aprovar as principais estratégias e políticas de gestão de riscos dentro do quadro gestão de riscos estabelecido pelo Grupo.

Tendo em conta os resultados obtidos destas provas de resistência, a Entidade continuaria com fundos próprios suficientes para cumprir com o RCS. O rácio de solvência manter-se-ia em todo o momento em valores aceitáveis sem por em causa a solvência da Entidade. Por outro lado, a Entidade realiza uma análise de sensibilidade do Rácio de Solvência em relação a determinados eventos cujos resultados mostram que continuaria cumprindo com os requisitos de capital de solvência inclusivamente em circunstâncias adversas.

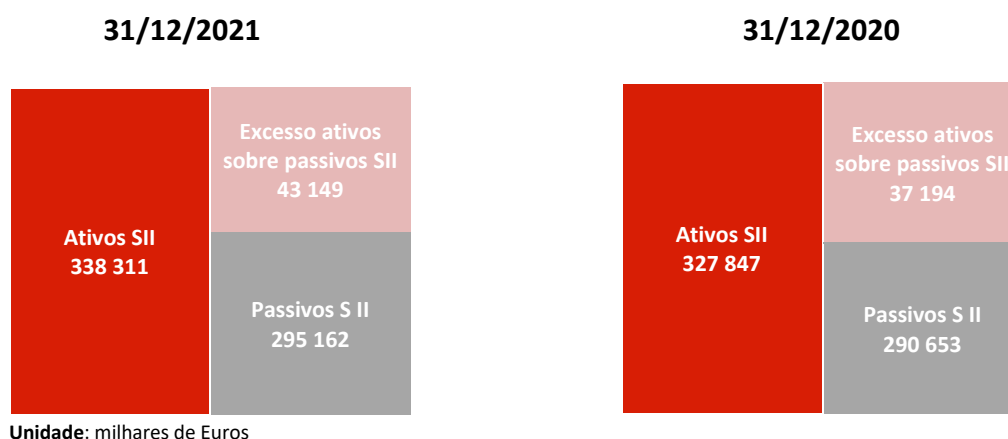
D. Avaliação para efeitos de solvência

O valor total dos ativos, segundo a Normativa de Solvência II, ascende a 338.311 milhares de euros, enquanto a efetuada segundo a normativa contabilística é de 343.069 milhares de euros.

Esta diferença corresponde principalmente a custos de aquisição diferidos, ativos intangíveis, ativos por impostos diferidos e montantes não recuperáveis de contratos de seguro.

O valor total dos passivos, segundo Solvência II, ascende a 295.162 milhares de euros em relação aos 295.365 milhares de euros, segundo a normativa contabilística.

A principal diferença, entre ambas as normativas, produz-se nas provisões técnicas, dado que segundo Solvência II as mesmas são avaliadas seguindo um critério económico de mercado. No ponto D.2 detalha-se esta informação em relação às metodologias atuariais e às hipóteses utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, a melhor estimativa e a margem de risco.



O excesso total de ativos sobre passivos ascende a 43.149 milhares de euros, segundo o Solvência II, o qual supõe uma subida de 11% com respeito ao obtido aplicando a normativa contabilística.

Durante o presente exercício não houve alterações significativas nos critérios de avaliação dos ativos e passivos.

E. Gestão do capital

A MAPFRE Seguros mantém os níveis de solvência dentro dos limites estabelecidos pela normativa e pelo apetite de risco da própria Entidade dispondo de um plano de gestão de capital a médio prazo.

O quadro seguinte detalha o rácio de solvência da Entidade:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital de Solvência Obrigatório (RCS)	14 333	14 738
Fundos próprios admissíveis para cobrir RCS	43 149	37 194
Ratio de solvência (cobertura do RCS)	301,0%	252,4%

Unidade: milhares de Euros

A 31 de dezembro de 2021 os Fundos próprios admissíveis para cobrir o RCS ascende a 43.149 milhares de euros (37.194 em 2020), sendo de qualidade nível 1 não restringido.

O rácio de solvência, mede a relação entre os fundos próprios admissíveis e o RCS, ascende a 301,0% (252,4% em 2020). Encontrando-se a Entidade numa situação para fazer frente aos compromissos futuros tendo em conta os requisitos de capital estabelecidos na normativa de Solvência.

Para o cálculo do rácio de solvência a Entidade aplicou o ajustamento por volatilidade e a medida transitória sobre provisões técnicas previstas na normativa. No quadro seguinte comparamos o rácio de solvência da Entidade com o que se obteria no caso de não se ter aplicado o ajuste por volatilidade e a medida transitória a Entidade continuaria dispondo de fundos próprios admissíveis para cobrir o RCS:

Rácio de solvência 31/12/2021	301,1%
Impacto de transitória de provisões técnicas	-45,5 p.p.
Total rácio sem medidas transitórias	255,6%

Rácio de solvência 31/12/2021	301,1%
Impacto de ajuste por volatilidade	-2,8 p.p.
Total rácio sem ajustes por volatilidade	298,3%

p.p.: pontos percentuais

O regulamento estabelece um Capital Mínimo Obrigatório (doravante MCR ou RCM, "Minimum Capital Requirement") que é configurado como o nível mínimo de segurança abaixo do qual os recursos financeiros da Entidade não devem descer. Este RCM é de 6.450 milhares de euros e os fundos próprios admissíveis para a sua cobertura são 43.149 milhares de euros, assim sendo o rácio de cobertura do RCM é de 669%. A totalidade dos fundos próprios é de qualidade nível 1.

A. Atividades e Desempenho

As projeções que constam no presente relatório estão alinhadas com a planificação estratégica realizada no final de 2021. O processo de vacinação produziu uma melhoria progressiva na situação da pandemia COVID-19, com tendência de queda tanto em infeções quanto em mortes em todo o mundo. Isso permite manter um otimismo moderado sobre a evolução da situação da pandemia, observando como um maior número de países estão mais próximos do normal, mas sem eliminar a ameaça do aparecimento de novas variantes mais contagiosas e letais.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram atividades ou outros eventos significativos, com impacto material na Companhia.

Não obstante, ao longo do presente capítulo são apresentadas comparações com as informações incluídas no relatório relativo a 2020.

Os dados desta secção provêm das contas anuais da Entidade que foram elaboradas de acordo com o PCES – Plano Contabilístico das Empresas de Seguros.

A.1. Atividade

A.1.1. Atividades da Entidade

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., foi constituída por escritura, a 12 de agosto de 2009, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma nº 1/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e iniciou a sua atividade a 1 de janeiro de 2010, exercendo a sua atividade na área de seguros de Vida. Exerce a sua atividade exclusivamente em Portugal.

O seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, 9, Edifício Zenith – Miraflores, 1495-131 ALGÉS Portugal.

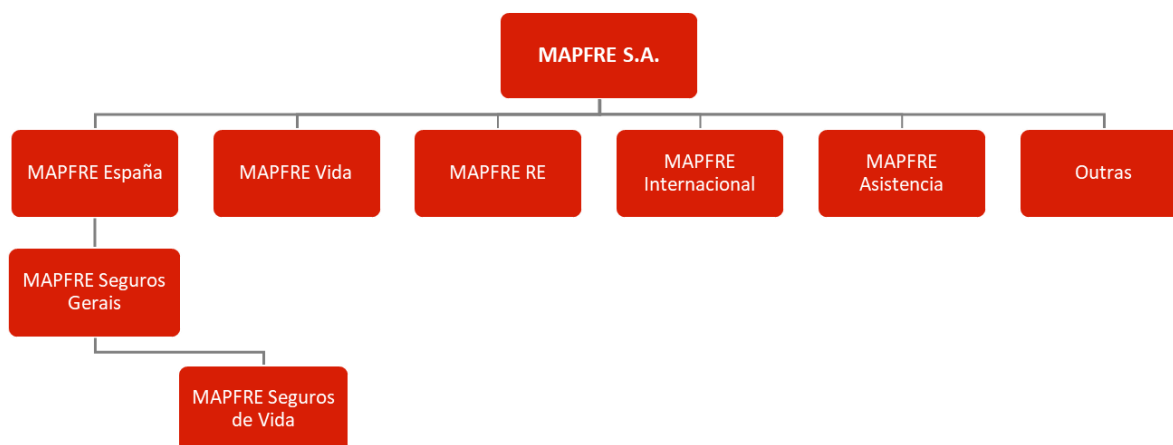
A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. (doravante MAPFRE Seguros ou Entidade), é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que, por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE España, S.A. e, por fim, esta última, é detida pela MAPFRE S.A., empresa matriz do Grupo.

A última entidade dominante é a FUNDACIÓN MAPFRE, entidade sem fins lucrativos, cujo domicílio é em Madrid, Paseo de Recoletos nº 23, Espanha.

No quadro seguinte, reflete as pessoas singulares ou coletivas, com participações qualificadas diretas ou indiretas da Entidade:

Nome/Denominação	Forma jurídica	Tipo de participação	Localização	Percentagem de Direitos de Voto
MAPFRE Seguros Gerais	S.A.	Direta	Portugal	100%

Em baixo, apresenta-se um organigrama simplificado no qual se pode observar a posição que ocupa a Entidade dentro da estrutura jurídica do Grupo:



O Grupo MAPFRE optou por apresentar um relatório para efeitos consolidados e relatórios para as várias companhias de seguros e resseguros.

Supervisão da Entidade

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) é a autoridade nacional responsável pela regulação e supervisão, quer prudencial, quer comportamental, da atividade seguradora, resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros, cuja missão passa por assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e fundos de pensões em Portugal, de forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguro, pessoas seguras, participantes e beneficiários.

A ASF tem sede na Av. Da República 76, 1600-205 Lisboa, e os seus contactos são:

- Telefone: 217 903 100
- Email: asf@asf.com.pt
- Website: www.asf.com.pt

A Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones (DGSFP) é a autoridade de supervisão do Grupo MAPFRE, dado que a holding do Grupo está sediada em Espanha.

Auditoria externa

A KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., emitiu em 31 de março de 2022 a Certificação Legal de Contas, onde atesta que as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros de Vida, S.A. apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os

aspectos materiais, a posição financeira da mesma em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Linhas de Negócio

A Organização identificou como principais linhas de negócio:

- **Seguros de Rendas**
- **Seguros de Risco Puros**
- **Seguros Mistos**
- **Seguros *Universal Life***
- **Seguros de Capitalização**
- **Planos de Poupança Reforma (PPR)**

Áreas geográficas

Não existem áreas geográficas além do território nacional.

A.1.2. Eventos com repercussão significativa

Eventos relacionados com o negócio

O resultado da conta técnica foi de 855,52 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021 (3.477,21 em 2020), que juntamente com o resultado da conta não técnica, 159,75 milhares de euros (254,66 em 2020), permite alcançar um resultado antes de impostos de 1.015,27 milhares de euros (3.731,87 em 2020).

Durante o exercício de 2021 o volume de vendas (inclui contratos de investimento) foi de 60.521,64 milhares de euros (35.332,55 em 2020).

Aspectos de mercado e regulamentar

Após um ano de queda significativa e apesar do contexto não menos complicado devido à persistência da pandemia Covid-19, o mercado conseguiu, em 2021, um crescimento bastante expressivo de 34,5%, no conjunto de Vida e Não Vida, atingindo um volume de vendas (prémios de contratos de seguro e entregas para contratos de investimento) um pouco acima de 13.300 milhões de euros, cifra superior à de qualquer um dos seis anos anteriores.

Naturalmente, esta performance teve um impacto positivo nos indicadores económicos setoriais do peso sobre o PIB e do prémio médio por habitante que, conforme ilustra o gráfico 2, inverteram a tendência dos últimos dois anos e se aproximaram do nível observado no ano 2018, anterior à pandemia.

Penetração do setor segurador na economia

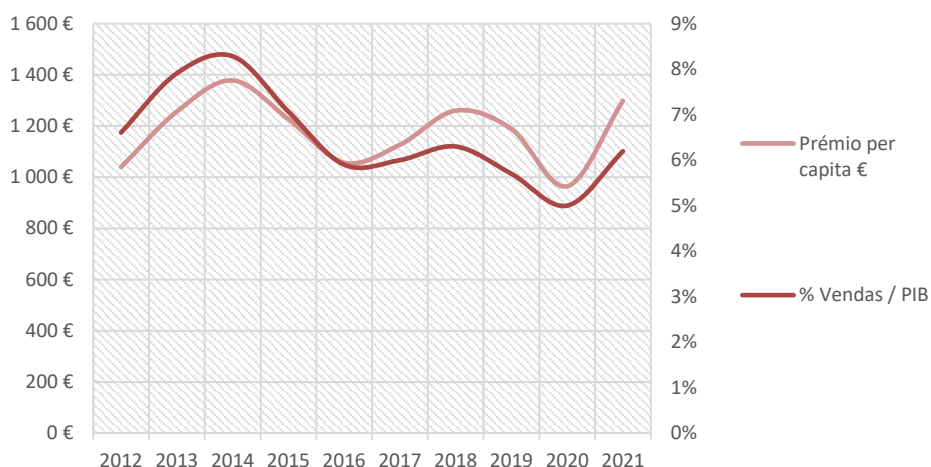


Gráfico 1

Fonte: APS

O maior contributo para este crescimento veio do lado dos produtos de Vida, o que levou à alteração estrutural do volume de negócio, com este segmento de mercado a regressar à liderança que tinha perdido no ano anterior, passando a sua representação para praticamente 58%.

Volume de vendas (milhares euros)

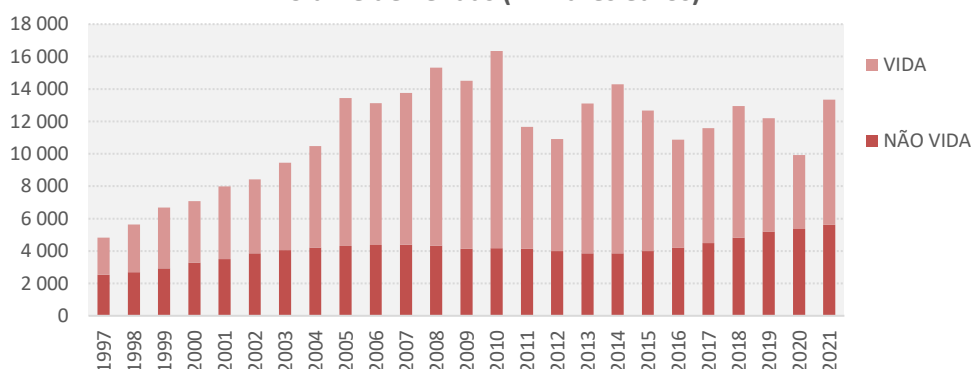


Gráfico 2

Fonte: APS

Com efeito, o segmento Vida cresceu 69,5% (havia decrescido 13,9% e 34,8% nos dois anos anteriores) e alcançou os 7.727 milhões de euros, beneficiando do aumento do nível de poupança que se tem vindo a verificar e, talvez, até mesmo de algum redireccionamento de parte daquela que nos últimos dois anos se foi acumulando em depósitos bancários.

A rentabilidade limitada das poupanças derivada do entorno continuado de baixas taxas de juro, que voltou a ser regra em 2021, parece ter levado os clientes a optar por investimentos com algum risco associado, de tal forma que o crescimento conseguido foi essencialmente suportado pelos produtos ligados a fundos de investimento, tanto os Planos Poupança Reforma (PPR) como os restantes produtos de poupança.



Menos exuberante, mas ainda assim relevante, foi o desempenho do segmento Não Vida que pelo sétimo ano consecutivo se situou em terreno positivo, este ano com um crescimento de 4,8%, atingindo os 5.619 milhões de euros.

Neste segmento, uma análise mais detalhada por ramos permite destacar, desde logo, uma dinâmica consistente do ramo de Doença, com um crescimento acima de 8% ao longo dos anos, sendo já o segundo ramo em volume de prémios a seguir ao Automóvel.

Por outro lado, essa análise revela também uma boa dinâmica do ramo de Incendio, na sua maioria Multiriscos, com um crescimento de 5,8% em 2021, sensivelmente alinhado com a média dos últimos cinco anos.

O ramo de Acidentes de Trabalho que, após alguns anos de forte crescimento derivado das correções tarifárias tendentes à correção do deficit de exploração que se verificava, tinha apresentado um crescimento débil em 2020 pelo impacto do Covid, terminou 2021 com um incremento de 6,6%, refletindo alguma recuperação da atividade empresarial.

Pelo contrário, o ramo Automóvel voltou a reduzir a taxa de crescimento, conseguindo uma variação homologa de apenas 1,1%, certamente influenciada pelo fraco crescimento das vendas de veículos e pela aplicação de medidas compensatórias sobre os prémios, recomendadas pelo supervisor na sequência da redução da exposição ao risco no ano anterior em que foi mais forte o confinamento decorrente do Covid.

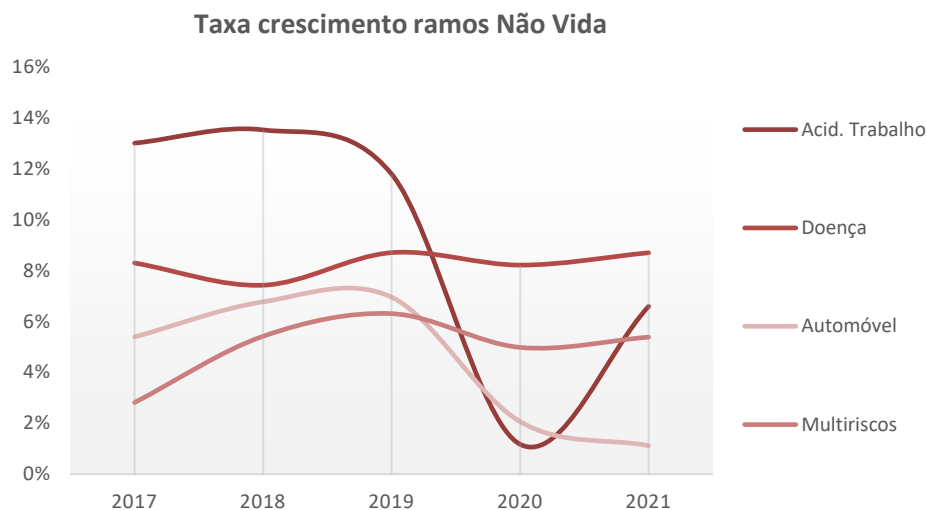


Gráfico 4

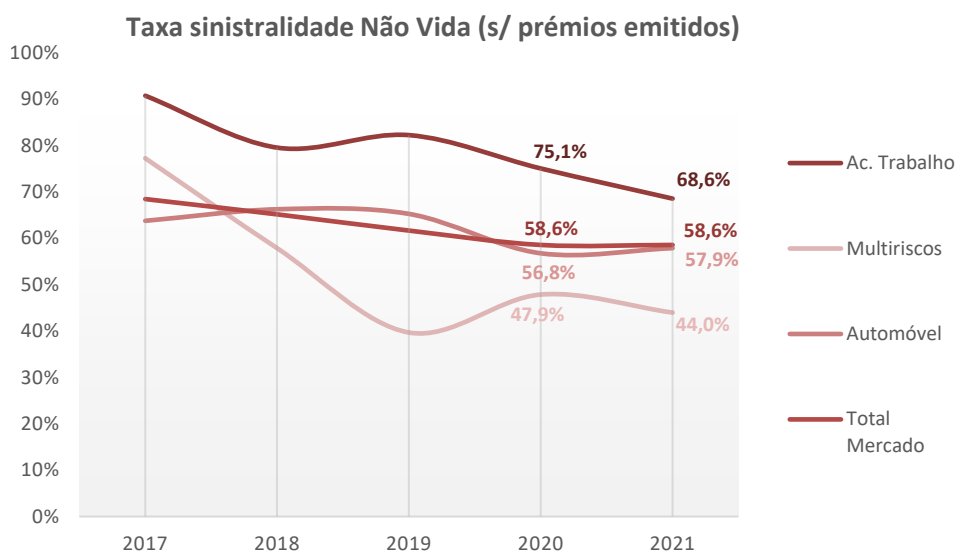
Fonte: APS

Quanto à sinistralidade Não Vida, verificou-se uma estabilização nos 58,6% na globalidade do segmento, embora uma análise mais detalhada revele distintos comportamentos consoante cada ramo.

No ramo de maior volume de prémios - o Automóvel - teve uma subida de 1 ponto percentual até aos 57,9%, parecendo encetar uma tendência ascendente em direção ao nível habitual, acompanhando o aumento da circulação automóvel pós pandemia.

Nos Multiriscos, depois de no ano anterior ter subido consideravelmente, desceu em 2021 quase 4 pontos percentuais para 44%, também neste caso em sintonia com o regresso à normalidade da atividade das famílias e das empresas, nomeadamente a redução dos períodos de teletrabalho.

Já no ramo de Acidentes de Trabalho, embora fosse expectável uma subida, tendo em conta que os períodos de paragem da atividade foram bastante menores que no ano anterior em que o confinamento tinha sido bastante forte, a verdade é que a sinistralidade observou uma descida acentuada de 6,5 pontos percentuais para os 68,6%, situando-se mesmo no mais baixo nível dos últimos dez anos.



Nota: Sinistralidade não inclui gastos por natureza imputados à função sinistros

Gráfico 5

Fonte: APS

No segmento Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco Puro que, diga-se, tinha apresentado no ano anterior uma evolução contrária às expectativas, situando-se no nível mais baixo dos últimos 5 anos, subiu significativamente em 2021, cerca de 5 pontos percentuais para 29,6%, percentagem esta que, há que reconhecer, é mais consonante com o contexto pandémico.

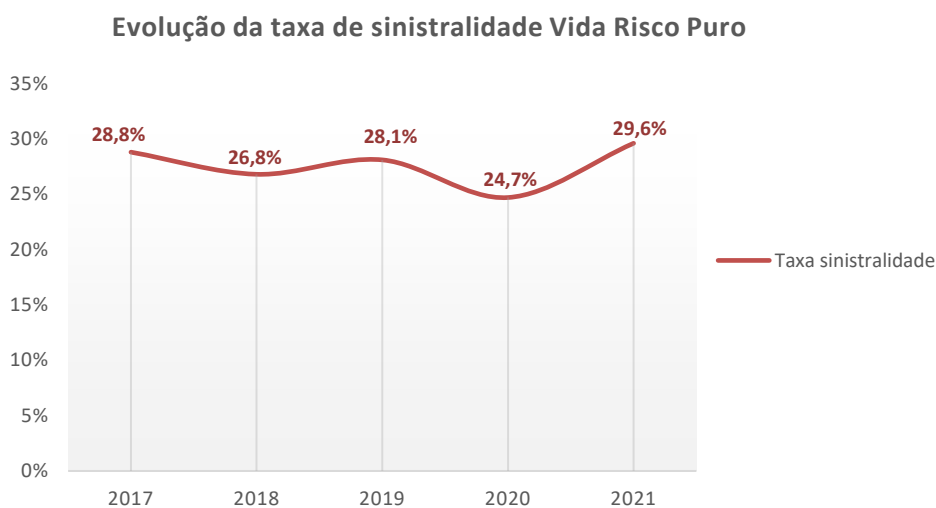


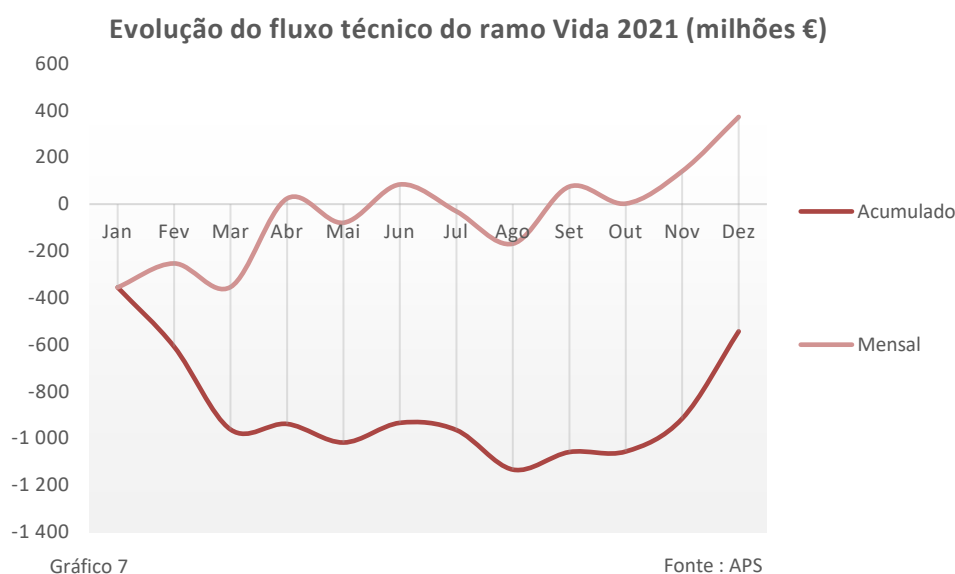
Gráfico 6

Fonte: APS

Ainda no âmbito da área de Vida, importa deixar uma referencia à evolução do fluxo técnico na medida da importância deste indicador associado aos produtos de poupança que, como é sabido, constituem a maior parte do volume de negócio do segmento.

O gráfico 7 demonstra que o importante crescimento de vendas anteriormente comentado não foi suficiente para compensar as saídas decorrentes dos vencimentos e dos resgates pois

o saldo acumulado no final do ano acabou por ser negativo. Ainda assim, é visível uma tendência de recuperação ao longo do ano, mais expressiva no mês de Dezembro.



Quanto ao resultado líquido do setor, não havendo ainda dados concretos, o nosso comentário apenas se pode cingir a meras expectativas. Assim, não sendo de esperar uma variação muito significativa dos custos de exploração nem dos rendimentos financeiros e dada a estabilização da taxa de sinistralidade Não Vida e apesar da subida da sinistralidade de Vida Risco, talvez seja razoável estimar uma certa estabilização de modo que o resultado do ano 2021 não se afaste muito do que foi conseguido no ano anterior, em torno do meio milhão de euros.

Finalmente, em relação ao nível de Solvência, os últimos dados, referentes ao apuramento no final do terceiro trimestre disponibilizado pela APS, apontam para uma tendência de reforço em relação ao fecho do ano anterior, alcançando um rácio de cobertura do requisito de capital de solvência de 215%, reforço este que resulta essencialmente do aumento nos fundos próprios elegíveis no balanço de Solvência, derivado de uma redução mais pronunciada do passivo em relação ao ativo.

Este dado revela que o setor, após ter ultrapassado sem grandes problemas a crise financeira do subprime, exposto a mais um stress, neste caso associado à pandemia, continua a trilhar o mesmo caminho sólido, situando-se como uma referência positiva no seio da atividade económica, transmitindo a máxima confiança a todos os stakeholders.

A.2. Resultados em termos de subscrição

O ano fica marcado por um ótimo desempenho ao nível das vendas (prémios de seguro e entregas para contratos de investimentos), traduzido num crescimento de 71,3%, alcançando os 60,52 milhões de euros.



Para este crescimento contribuíram especialmente os produtos Unit-Linked que, alavancados pelo canal de Acordos de Distribuição, aportaram 36,87 milhões de euros, correspondentes a uma subida de 161,4%, aproveitando desta forma a maior a apetência revelada pelos clientes em relação a este tipo de produtos, nos quais assumem um certo risco, face à falta de rentabilidade e até mesmo de oferta dos produtos tradicionais com capital e rendimento garantidos.

Também merece destaque o crescimento de 27,4% verificado nos produtos de Risco Puro, devido ao bom trabalho desenvolvido em todos os canais, mas, também, pelo efeito da contabilização da parte restante da carteira adquirida no ano anterior à Santander Totta Seguros no âmbito da parceria estabelecida com o Banco Santander para a exploração do canal bancassurance em Não Vida.

Por outro lado, os produtos direcionados à poupança para a reforma (PPR e similares), tiveram um incremento de 15,5%, talvez em resultado da maior consciência por parte dos clientes em relação à previsível insuficiência do sistema público a médio e longo prazo.

Nos restantes tipos de produtos, como são os casos das Rendas Vitalícias, os Mistos e os Universal Life, menos dinamizados comercialmente e menos procurados pelos clientes, verificou-se um decréscimo generalizado.

Desta forma, a estrutura de vendas evoluiu mais uma vez de acordo com a estratégia adotada nos últimos anos, reforçando a componente de Vida Risco e apostando na poupança através dos produtos de investimento Unit Linked, conforme demonstra o gráfico 10.

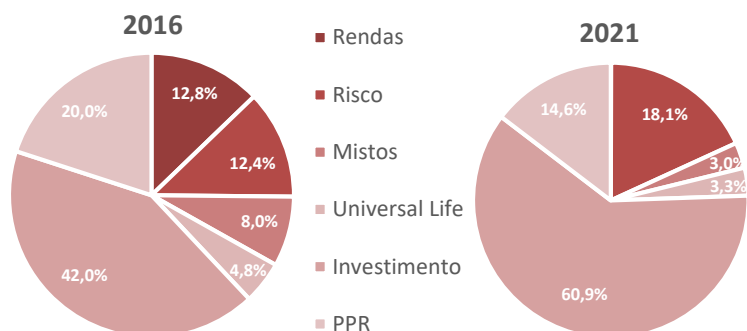


Gráfico 9

A taxa de sinistralidade líquida de resseguro dos produtos de risco puro teve um comportamento ascendente, similar à do mercado. Não obstante, mantém-se num nível bastante contido, facto que se realça atendendo ao contexto de pandemia que caracterizou os últimos dois anos.

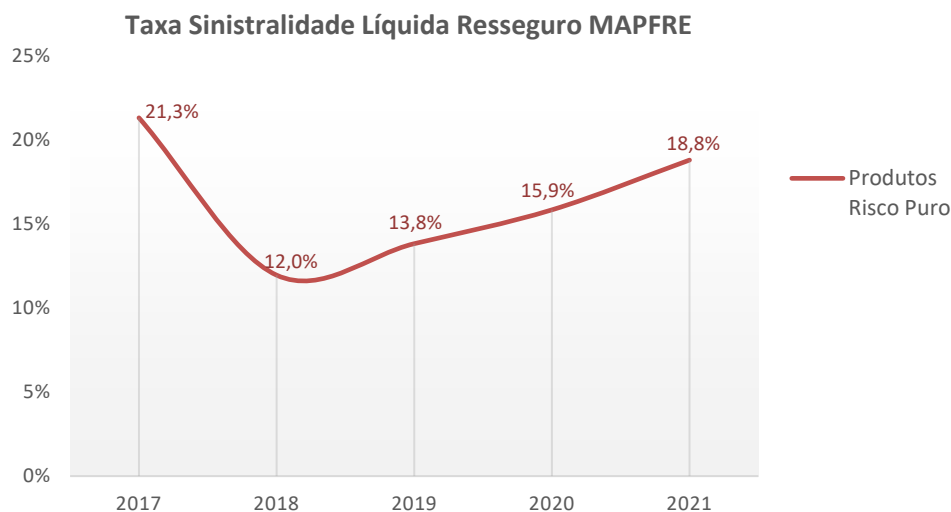


Gráfico 10

O volume de resgates dos produtos de poupança apresentou uma descida para 7,66 milhões de euros e viu a sua percentagem sobre provisões matemáticas médias cair para 3%, o valor mínimo do intervalo de variação dos últimos 5 anos.

Esta evolução parece refletir a estabilidade da carteira de apólices, a que também não será alheia a falta de alternativas rentáveis que pudessem seduzir os clientes a substituir as aplicações das suas poupanças.

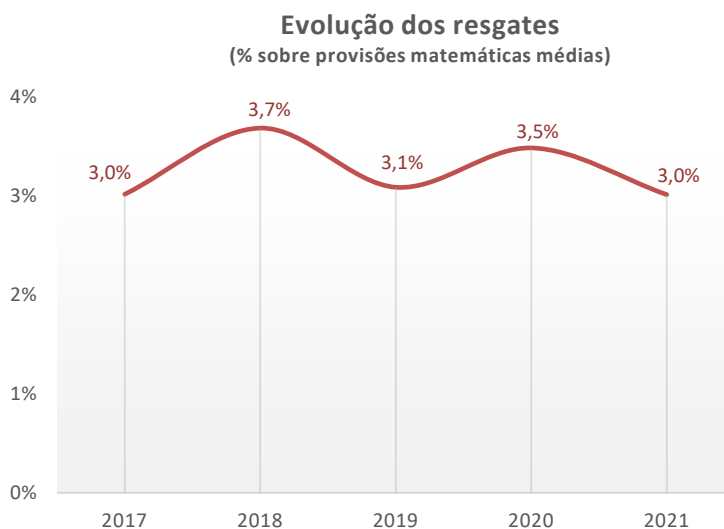


Gráfico 11

A evolução do fluxo técnico mostra um comportamento inicial algo débil, até mesmo decrescente, coincidindo com o período de maior impacto do confinamento, tendo entrado em terreno positivo de forma acelerada na segunda metade do ano, para tal tendo contribuído significativamente a aportação de vendas de um acordo especial de distribuição que se vem revelando bastante produtivo.

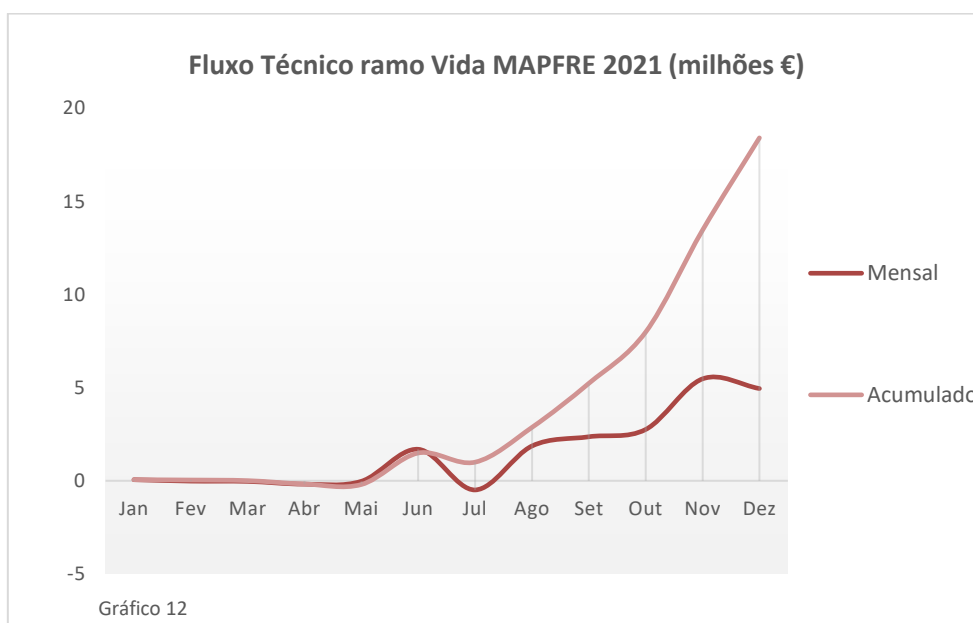


Gráfico 12

Prémios, sinistros e despesas por classe de negócio	Classe de negócio: Responsabilidades de seguros de vida						Total	
	Seguros com participação nos resultados		Seguros ligados a índices e unidades de participação		Outros seguros de vida			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Prémios emitidos								
Valor bruto	12 597	12 272	36 747	13 966	11 178	9 095	60 522	35 333
Parte dos resseguradores	9	11	0	0	2 210	1 476	2 219	1 487
Líquido	12 587	12 260	36 747	13 966	8 969	7 619	58 303	33 845
Prémios adquiridos								
Valor bruto	12 598	12 273	36 747	13 966	11 199	8 830	60 544	35 070
Parte dos resseguradores	9	11	0	0	2 217	1 419	2 227	1 430
Líquido	12 589	12 262	36 747	13 966	8 982	7 411	58 317	33 639
Sinistros incorridos								
Valor bruto	17 035	37 645	3 051	2 353	17 066	6 250	37 152	46 249
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	1 166	940	1 166	940
Líquido	17 035	37 645	3 051	2 353	15 900	5 310	35 986	45 309
Alterações noutras provisões técnicas								
Valor bruto	-3 075	-23 859	33 641	13 557	-12 810	-2 446	17 756	-12 749
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0	0	0
Líquido	-3 075	-23 859	33 641	13 557	-12 810	-2 446	17 756	-12 749
Despesas efetuadas	2 405	2 608	1 336	704	5 869	3 888	9 609	7 200
Outras despesas							43	15
Despesas totais							9 652	7 215

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.05.01.02

A.3. Rendimentos, ganhos e gastos de investimentos

A.3.1. Informação sobre os rendimentos, ganhos e gastos decorrentes de investimentos

A tabela a seguir, apresenta as informações quantitativas sobre os rendimentos e ganhos líquidos da carteira disponível para venda, da carteira classificada ao justo valor através de ganhos e perdas, bem como outros investimentos.

Rendimentos e Ganhos de Investimentos	2021	2020
RENDIMENTOS DE JUROS, DIVIDENDOS E SIMILARES		
Rendimentos da carteira classificada ao justo valor através de ganhos e perdas	1.612,81	1.350,95
Rendimentos da carteira disponíveis para venda	6.808,56	7.712,82
Outros rendimentos financeiros	0,28	1,13
TOTAL RENDIMENTOS	8.421,66	9.064,90
GANHOS E PERDAS		
Carteira de investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-1.166,69	1.753,66
Carteira de investimentos financeiros disponível para venda	141,50	1.377,83
TOTAL GANHOS E PERDAS	-1.025,19	3.131,48

Unidade: milhares de Euros

Na tabela a seguir, apresentamos informações quantitativas sobre os gastos de investimentos, da carteira disponível para venda, da carteira classificada ao justo valor através de ganhos e perdas e outros gastos de investimentos.

A carteira de maior preponderância corresponde aos rendimentos provenientes da carteira disponível para venda, com um montante de 6.808,56 milhares de euros (7.712,82 em 2020).

Gastos de Investimentos	2021	2020
GASTOS DE INVESTIMENTOS		
Gastos com a carteira de investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	404,02	192,44
Gastos com a carteira disponíveis para a venda	1.349,58	1.324,29
Outros gastos financeiros	835,67	414,94
TOTAL GASTOS	2.589,27	1.931,67

Unidade: milhares de Euros

Por sua vez, relativamente aos gastos de investimento, foram essencialmente os decorrentes da carteira disponível para venda, com um valor de 1.349,58 milhares de euros (de 1.324,29 em 2020).

A.3.2 Informações sobre as variações do justo valor reconhecidos em capital próprio:

Em seguida, apresentamos informação quantitativa sobre as variações do justo valor diretamente reconhecidos em capital próprio, decorrente dos investimentos:

Investimentos	Ganhos reconhecidos em Capital Próprio		Perdas reconhecidas em Capital Próprio		Diferença Líquida	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Investimentos financeiros	2.236,07	0,00	8.193,95	3.233,31	-5.957,87	-3.233,31
Carteira disponível para venda	2.236,07	0,00	8.193,95	3.233,31	-5.957,87	-3.233,31
Instrumentos de capital e fundos de investimento	2.236,07	0,00	0,00	2.369,52	2.236,07	-2.369,52
Títulos de dívida	0,00	0,00	8.193,95	863,79	-8.193,95	-863,79
Total da variação	2.236,07	0,00	8.193,95	3.233,31	-5.957,87	-3.233,31

Unidade: milhares de Euros

Decorrente da variação do justo valor dos investimentos com reconhecimento em capital próprio, verifica-se uma perda líquida no valor de 5.957,87 milhares de euros, no exercício anterior também se verificou uma perda líquida no valor de 3.233,31 milhares de euros.

Mais em concreto, é nos títulos de dívida onde existe uma perda significativa, no valor de 8.193,95 milhares de euros (perda de 863,79 milhares de euros em 2020).

A.3.3. Informação sobre titularização de ativos

A Empresa não possui titularizações por um montante significativo nos últimos dois anos. No entanto, é realizada uma análise periódica para avaliar que os interesses dos emissores de securitização coincidem com os Objetivos de Investimento da Entidade e/ou não prejudicam os segurados.

A.4. Resultados de outras atividades

A.4.1 Outros rendimentos e gastos

Durante o presente exercício, a Entidade obteve outros rendimentos e gastos, entre os quais se incluem:

	Exercício 2021	Exercício 2020
Outros Rendimentos não técnicos	222,52	348,49
Outros Gastos não técnicos	78,71	99,49

Unidade: milhares de Euros

Os outros rendimentos mais significativos que não sejam derivados da atividade de subscrição e dos investimentos, corresponde a 222,52 milhares de euros, referentes a juros de empréstimos a colaboradores e outros rendimentos não técnicos.

A.4.2 Contratos de arrendamento

Loações Financeiras

A Entidade não dispõe de qualquer tipo de arrendamento financeiro.

Locações Operacionais

São classificados como locações operacionais, as locações em que o locador mantém uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade.

Os contratos de locação que a Entidade mantém, dizem respeito a locações operacionais, vulgo “Renting”. As locações são relativas a viaturas automóveis, sendo que cada contrato tem uma duração de 4 anos, existindo 3 contratos vigentes á data de 31.12.2021. A Entidade tem em vigor até ao ano de 2025, fluxos futuros contratualizados no valor de 58,03 milhares de euros, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

Conceito	Fluxos futuros contratualizados			
	2022	2023	2024	2025
Leasing operacional com viaturas	23,65	18,93	13,70	1,75

Unidade: milhares de Euros

A.5. Outras informações

Não existe outra informação material que deva ser incluída no presente relatório.

B. Sistema de Governo

B.1. Informação geral sobre o Sistema de Governo

A Entidade dispõe de um documento que descreve os Princípios Institucionais Empresariais e Organizacionais, assim como de um documento sobre os Conselhos de Administração das Sociedades Filiais da MAPFRE, aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. que, junto com seus estatutos sociais definem a estrutura, a composição e funções que devem ter os seus órgãos de governo.

De forma complementar à estrutura do Grupo, em que a Entidade se encontra integrada, esta detém uma série de órgãos para o seu governo individual.

Os órgãos de governo, que a seguir se apresentam em pormenor, (i) permitem uma gestão estratégica, comercial e operacional adequada da Entidade, (ii) dão uma resposta adequada em tempo útil a qualquer eventualidade que se possa tornar evidente aos diferentes níveis da organização e do seu ambiente negócios e corporativo, e (iii) são considerados adequados no que diz respeito à natureza, volume e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

As políticas derivadas das normas de Solvência II são revistas anualmente, ainda que se possam alterações nas mesmas ou no resto das normas internas a qualquer momento, quando se julgar apropriado.

B.1.1 Sistema de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de Agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de Janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de Abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de Fevereiro, todas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Neste âmbito adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral** - Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- **Conselho de Administração** - Composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador Delegado por ata do próprio Conselho de Administração.
- **Conselho Fiscal** - Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos

deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- **Revisor Oficial de Contas** - Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

Eventuais alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Entidade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Entidade;
- h) Modificações importantes na organização da Entidade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Entidade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e, delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade num Administrador Delegado, encontrando-se expressos em ata os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente.

Comité de Direção A Entidade tem constituído um Comité de Direção, órgão responsável pela supervisão direta da gestão da companhia, assim como de todos os projetos globais. Informa regularmente sobre as suas propostas, atuações e decisões ao Conselho de Administração da Entidade e ao Comité Executivo da MAPFRE.

A Entidade dispõe de um modelo de direção, determinado por um rigoroso controlo e supervisão a todos os níveis: local, regional e global; e, que por sua vez, permite uma ampla delegação na execução e desenvolvimento das competências alocadas às equipas e aos seus responsáveis. Não obstante, as decisões mais relevantes, em qualquer categoria, devem-se ser analisadas com rigor, antes e após a sua execução, pelo conjunto das equipas diretas

B.1.2. Funções Chave

Com o objetivo de garantir que o sistema de governo tenha uma estrutura adequada a Entidade dispõe de políticas que regulam as funções-chave (Gestão de Riscos, Cumprimento,

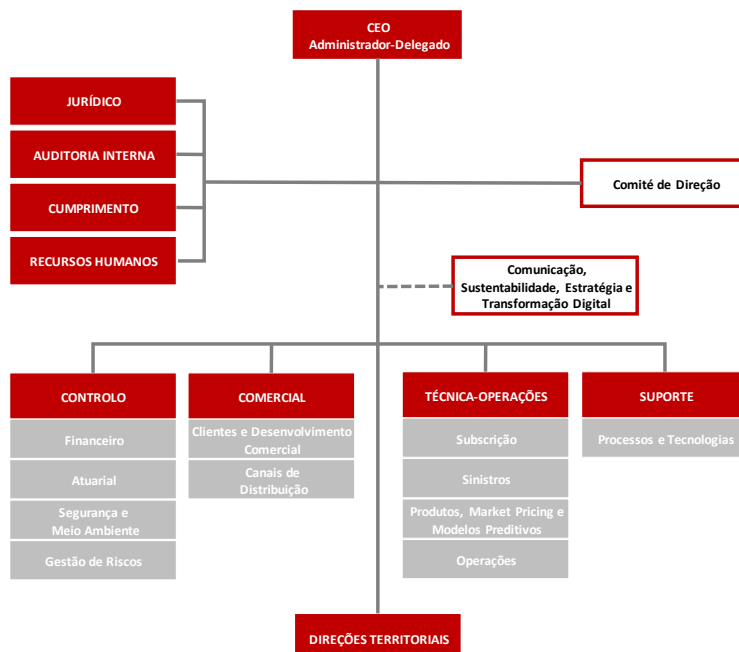
Auditoria Interna e Atuarial) e asseguram que ditas funções seguem os requisitos definidos pelo regulador e são fiéis às linhas de governo estabelecidas pela Entidade e pelo Grupo Com o objetivo de garantir que o sistema de governo tenha uma estrutura adequada a Entidade dispõe de políticas que regulam as funções-chave (Gestão de Riscos, Cumprimento, Auditoria Interna e Atuarial) e asseguram que ditas funções seguem os requisitos definidos pelo regulador e são fiéis às linhas de governo estabelecidas pela Entidade e pelo Grupo MAPFRE. O órgão de administração da Entidade aprovou as políticas Atuarial, de Gestão de Riscos, de Cumprimento e de Auditoria Interna na sua reunião celebrada em 8 de junho de 2020, a partir da qual entrou em vigor e foi modificada pela última vez em 25 de maio de 2021. Estas políticas são revistas anualmente.

As políticas acima referidas consagram a independência operativa destas funções-chave, o que significa que, no exercício de suas responsabilidades, estão livres de qualquer influência, controlo, incompatibilidade ou limitação indevido ou inapropriado. As funções-chave reportam-se ao Conselho de Administração, o que lhes confere a autoridade necessária para desempenharem as suas funções (mais informações e conselhos são fornecidos nas seções relativas a cada uma delas). O Conselho de Administração é informado, pelo menos anualmente, pelas áreas da Entidade responsáveis pela sua realização. Os nomes dos responsáveis pelas funções-chave foram comunicados à ASF.

As funções chave dispõem de recursos necessários para o bom desempenho das funções que lhes foram adstritas nas suas respetivas políticas.

As funções-chave dispõem dos recursos necessários para o correto desempenho das suas funções, as quais estão regulamentadas nas suas respetivas políticas.

A estrutura organizativa da Entidade:



B.1.3. Acordos relevantes da Assembleia Geral de Acionistas e do órgão de administração relacionadas com o sistema de governo

Não houve alterações significativas no sistema de governo durante o ano de 2021.

B.1.4. Saldos e remunerações aos conselheiros e funcionários

A remuneração dos membros do órgão da administração e funcionários da Entidade é determinado em conformidade com o estabelecido na normativa vigente e na política de remunerações da Entidade, aprovado em Conselho de Administração em 8 de junho de 2020, a partir da qual entrou em vigor e foi modificada pela última vez em 25 de maio de 2021.

Esta política visa adequar a remuneração de acordo com a função, posto de trabalho e o respetivo desempenho, e atuar como elemento motivador e de satisfação que permita alcançar os objetivos marcados e cumprir com a estratégia da Entidade, promovendo ao mesmo tempo a gestão adequada e eficaz dos riscos, desencorajando a assunção de riscos que excedam os limites de tolerância da Entidade, assim como os conflitos de interesses. Os princípios gerais são os seguintes:

- Baseia-se na função/posto de trabalho e incorpora medidas para evitar os conflitos de interesse que possam surgir.
- Tem em conta o mérito, conhecimentos técnicos, competências profissionais e desempenho.
- Garante a igualdade, sem diferenciar o sexo, religião ou ideologia.
- Transparência, a ser conhecida pelos seus destinatários.
- Flexibilidade na estrutura e adaptabilidade aos distintos grupos e circunstâncias do mercado.
- Alinhado com a estratégia da Entidade e com o seu perfil de risco, objetivos, práticas de gestão do risco e interesses a longo prazo.
- Competitividade, em relação ao mercado.

A remuneração dos trabalhadores, conforme a dita política, é composta por cinco elementos:



- a) Retribuição fixa: em todos os casos é definida, de acordo com o posto de trabalho e perfil profissional, sendo paga mensalmente e conhecidas antecipadamente.

- b) Retribuição variável/incentivos: essa retribuição, cujo montante exato não se pode conhecer previamente, uma vez que o seu pagamento está condicionado à realização de determinadas atividades, com vista ao cumprimento dos objetivos da entidade. A proporção da retribuição variável é determinada pela posição que ocupa na companhia e pela avaliação, sendo maior nos níveis hierárquicos superiores.
- c) Programas de reconhecimento: destinados a reconhecer formalmente o contributo dos trabalhadores na implementação da estratégia, bem como compensar as contribuições de qualidade, a difusão da cultura, dos valores da MAPFRE, e ainda a inovação.
- d) Benefícios sociais: Produtos, serviços ou ajudas com os quais a entidade remunera os seus trabalhadores, decorrentes de um acordo coletivo do setor segurador (ACT ou CCT) ou de acordo individual com o empregado.
- e) Complementos: Ajuda económica concedida ao empregado em função do posto de trabalho que ocupa (por exemplo: utilização de veículo, habitação, etc.).

O sistema de remuneração dos Administradores reúne as seguintes características:

- É transparente na informação das retribuições dos conselheiros.
- É incentivador retribuir a sua dedicação, qualificação e responsabilidade, sem que constitua um obstáculo para o seu dever de lealdade.
- Consiste numa atribuição fixa por pertencer ao Conselho de Administração e, se for o caso, à Comissão e Comités Delegados, podendo ser superiores para as pessoas que ocupem cargos no seio do próprio Conselho ou desempenhem a Presidência dos Comités Delegados. Ditas atribuições complementar-se-ão com outras compensações não monetárias (seguros de Vida ou doença, bonificações em produtos comercializados pelas empresas do Grupo MAPFRE, etc.) que estejam estabelecidas, com carácter geral, para o pessoal da Entidade.
- Não incorpora componentes variáveis ou vinculados ao valor da ação.
- Compensa-se aos conselheiros as despesas de viagem, deslocação e outros que realizem para assistir às reuniões da Entidade ou para o desempenho das suas funções.

O sistema de remuneração dos conselheiros que desempenham funções executivas rege-se pelos seguintes critérios:

- As retribuições pelo desempenho de funções executivas estabelecem-se de conformidade com as funções, nível de responsabilidade e perfil profissional, conforme os critérios utilizados em relação com a equipa diretiva do Grupo MAPFRE.
- Ditas retribuições, apresentam uma relação equilibrada e eficiente entre os componentes fixos e componentes variáveis, constituindo a retribuição fixa, uma parte suficientemente maior da remuneração total.
- Os conselheiros executivos não podem receber a remuneração atribuída aos conselheiros.
- A retribuição dos conselheiros executivos configura-se com uma visão de médio e longo prazo, que impulsiona sua atuação em termos estratégicos, além da consecução de resultados em curto prazo.

- O sistema retributivo é compatível com uma gestão adequada e eficaz do risco e com a estratégia empresarial, os valores e os interesses a longo prazo da Entidade, sem que a remuneração variável ameace a capacidade da Entidade para manter uma adequada base de capital.
- Tem em consideração as tendências do mercado, e posiciona-se em frente ao mesmo, de acordo com a abordagem estratégica da Entidade, sendo efetivo para atrair e reter os melhores profissionais.
- Garante a igualdade entre todos os profissionais da MAPFRE, sem diferenciar os critérios de sexo, raça ou ideologia.

Além disso, de acordo com o previsto nos seus contratos, os conselheiros que desempenham funções executivas, tem direito aos benefícios sociais estabelecidos com carácter geral para a alta direção e para o pessoal da Entidade. Entre outros, são beneficiários do Plano de Pensões, do seguro de poupança e do seguro de poupança misto e tem reconhecidos determinados compromissos de pensões de entrega definida para o caso de reforma, morte e incapacidade permanente, formalizados através de seguros coletivos de Vida.

As condições de consolidação dos direitos económicos, em prol dos conselheiros executivos, encontram-se discriminadas nos contratos que regulam a relação laboral em suspenso dos conselheiros executivos com a Entidade.

B.1.5. Informação adicional

Não há outra informação adicional relevante digna de menção no presente relatório.

B.2. Requisitos de aptidão e idoneidade

A Entidade tem uma política de Aptidão e Integridade, aprovada e revista anualmente pelo Conselho de Administração em 8 de junho de 2020, a partir da qual entrou em vigor e foi modificada pela última vez em 25 de maio de 2021, que estabelece os requisitos de aptidão e integridade aplicáveis ao pessoal relevante da seguinte forma Recursos-chave¹ e aos Recursos Externos² de acordo com o seguinte detalhe:

- Coletivamente: qualificações, experiência e conhecimentos especializados, pelo menos sobre Seguros e Mercados Financeiros, Estratégias e Modelos de Negócio, Sistema de Governo, Análise Financeira e Atuarial, e enquadramento regulamentar.

¹ Recursos-chave: Conselho de Administração, Diretores e Responsáveis das funções-chave, assim como as demais pessoas que, de acordo com a legislação vigente, devam cumprir os requisitos de aptidão e integridade.

² Recursos Externo: no caso de externalização de alguma das funções-chave, os funcionários do respetivo prestador de serviços.

- Numa base individual: formação de um nível e perfil adequados, em particular na área dos seguros e serviços financeiros, e experiência prática de ocupações anteriores durante períodos de tempo suficientes.

De igual modo, os membros do Conselho de Administração da Entidade devem deter:

- Ao nível coletivo: qualificações, experiência profissional e conhecimentos suficientes, pelo menos ao que diz respeito aos seguintes temas:
 - a) Seguros e Mercados financeiros
 - b) Estratégias e Modelos de Negócio
 - c) Sistema de Governação
 - d) Análise Financeira e Atuarial
 - e) Normas regulamentares
- A nível individual: formação e perfil adequados, nomeadamente na área de seguros e serviços financeiros, e experiência profissional.

Integridade pessoal, profissional e comercial:

- a) Trajetória pessoal de respeito às leis comerciais e demais legislações que regulamentam a atividade econômica e a vida corporativa, bem como às boas práticas comerciais, financeiras e de seguros.
- b) Ausência de antecedentes criminais por crimes contra o patrimônio, branqueamento de capitais, contra a ordem socioeconômica e contra a Autoridade Tributária e a Segurança Social e de sanções por infração das normas reguladoras do exercício da atividade bancária, de seguros, do mercado de valores ou de proteção ao consumidor.
- c) Ausência de investigações relevantes e fundamentadas, tanto no âmbito penal como no administrativo, sobre algum dos fatos mencionados na seção b) supra.
- d) Não estar impedido de exercer cargos públicos ou de administração ou direção de entidades financeiras ou seguradoras.
- e) Não estar impedido conforme as normas de insolvência portuguesas vigentes ou equivalentes em outras jurisdições.

Capacidade e compatibilidade

- a. Não estar envolvido em casos de incompatibilidade, incapacidade ou proibição previstos pela legislação vigente e pela norma interna.
- b. Não estar envolvido em uma situação insolúvel de conflito de interesses, conforme a legislação vigente e a norma interna.
- c. Não ter participações acionistas significativas ou prestar serviços profissionais a entidades concorrentes da entidade ou de qualquer entidade do Grupo, nem desempenhar funções como funcionário, diretor ou administrador dessas entidades, a menos que obtenha autorização expressa do próprio Conselho de

Administração, no caso da MAPFRE S.A., e dos órgãos de governo competentes da entidade em questão, no caso de suas filiais.

- d. Não ter se envolvido em circunstâncias que resultem em sua nomeação ou participação no órgão de administração da entidade que possa colocar em risco os interesses da entidade-

Além disso, os Recursos-chave e, se for o caso, os Recursos Externos, devem ser dotados de uma boa reputação, pessoal, profissional e comercial, comprovada com base em informações fidedignas sobre a sua conduta pessoal, sua conduta profissional e reputação, incluindo quaisquer questões criminais, financeiras e de supervisão que sejam relevantes para este fim.

No caso das funções que estejam externalizadas, a Entidade adotará todas as medidas necessárias para garantir que as pessoas responsáveis, que desempenhem estas funções, cumprem todos os requisitos de aptidão e idoneidade aplicáveis.

Processo de nomeação:

Pessoas cuja nomeação é proposta para exercerem os cargos de Recursos-chave, devem assinar uma declaração prévia, onde se comprometem com a veracidade das informações acerca das suas circunstâncias pessoais, familiares, profissionais ou empresariais pertinentes. Esta declaração deve ser redigida em conformidade com um modelo estipulado pela MAPFRE.

Durante o desempenho do cargo, as pessoas acima referidas, têm a obrigação de manter permanentemente atualizado o conteúdo da sua prévia declaração, devendo, por conseguinte, comunicar qualquer alteração relevante, bem como atualizá-lo periodicamente quando tal lhes for solicitado pelos órgãos competentes da Entidade.

Em qualquer caso, será feita uma reavaliação dos requisitos de aptidão e idoneidade das pessoas, acima mencionadas nos seguintes casos:

- a) Quando houver razões para acreditar que uma pessoa influenciará a Entidade a desenvolver o seu negócio, sem a observância da legislação em vigor.
- b) Quando existam razões para crer que uma pessoa aumentará o risco de crime financeiros.
- c) Quando houver razões para crer que a gestão sustentável do negócio está em risco.

B.3. Sistema de gestão de riscos, incluída na autoavaliação de riscos e de solvência

B.3.1 Quadro de governação

O sistema de Gestão de Riscos está integrado na estrutura organizacional da Entidade de acordo com o modelo de três linhas de defesa, conforme o descrito no Ponto B.4.1 do

presente relatório por forma a que todo o pessoal da organização tem alocadas responsabilidades para o cumprimento dos objetivos de controlo.

O Conselho de Administração da MAPFRE Seguros de Vida é o último responsável por garantir a eficácia do sistema de Gestão de Riscos, estabelecendo o perfil de risco e limites de tolerância, assim como de aprovar as principais estratégias e políticas de gestão de riscos, no âmbito da de gestão de riscos estabelecida pelo Grupo.

Neste contexto, a Entidade tem uma estrutura que compreende áreas que, no seu respetivo âmbito de competência, realizam de forma independente atividades de supervisão dos riscos assumidos

Para o desenvolvimento das suas funções em relação ao Sistema de Gestão de Riscos, o Conselho de administração da MAPFRE Seguros de Vida apoia-se no Comité de Direção e este por sua vez na Comissão de Gestão de Risco e Solvência.

Complementar a esta estrutura individual da Entidade, desde a Direção Corporativa de Riscos do Grupo, trata-se de todos os aspetos significativos relacionados com a gestão de riscos correspondentes às diferentes entidades legais pertencentes ao Grupo, definindo diretrizes que são assumidas pelo Órgão de Administração da Entidade, com as adaptações que sejam necessárias.

A MAPFRE Seguros de Vida tem a Área de Riscos que facilita a aplicação do Sistema de Gestão de Risco. No desenvolvimento das suas funções, coordena o conjunto de estratégias, processos e procedimentos necessários para identificar, medir, monitorar, gerir e notificar continuamente sobre os riscos presentes e emergentes a que a Entidade estão ou podem estar expostos, assim como as suas interdependências.

A 31 de dezembro 2020, o Subdiretor da Área de Risco e Controlo Interno da Entidade dependia da Área de Controlo da Entidade (conforme organigrama apresentado no ponto B.1.2) que por sua vez depende diretamente do CEO da companhia.

A dependência dos Responsáveis de Gestão de Risco das entidades é dupla, por um lado depende do seu superior hierárquico da Entidade e por outro lado, funcionalmente da Direção Corporativa de Riscos do Grupo.

B.3.2 Objetivos, política e processos de gestão de riscos

O Sistema de Gestão de Riscos tem como principais objetivos:

- Promover uma cultura sólida e um sistema eficaz de gestão de riscos.
- Certificar-se que as análises dos possíveis riscos façam parte do processo de tomada de decisões da Entidade.
- Preservar a solvência e a solidez financeira da Entidade.

O Sistema de Gestão de Riscos considera a gestão integrada de todos e de cada processo de negócio, e, na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Para garantir uma gestão eficaz dos riscos, a MAPFRE Seguros, desenvolveu um conjunto de políticas de Gestão de Riscos, alinhadas com os requisitos de Solvência II. Uma destas é a política de Gestão de Riscos, serve como guia para a gestão dos riscos e, por sua vez, para o desenvolvimento de políticas sobre riscos específicos:

- Estabelecer as orientações gerais, os princípios básicos e o quadro geral de ação para o tipo de risco, assegurando uma aplicação coerente na Entidade.
- Atribuem as responsabilidades, estratégias, processos e procedimentos de informação necessários para a identificação, medição, vigilância, gestão e notificação dos riscos que recaem no seu âmbito.
- Estabelecer os deveres de comunicação de acordo com a área responsável do risco em questão.

A fim de garantir o cumprimento dos limites estabelecidos no Apetite ao Risco (norma interna aprovada pelo Conselho de Administração onde se estabelece o nível de risco que a Entidade está disposta a assumir para poder levar a cabo os seus objetivos de negócio sem desvios relevantes, incluso em situações adversas), o capital é geralmente determinado de acordo com os orçamentos do ano seguinte e é revisto periodicamente ao longo do ano, dependendo da evolução dos riscos.

Os Órgãos de Governo da MAPFRE Seguros, recebem informações sobre a quantificação dos principais riscos a que a Entidade está exposta e os recursos de capitais disponíveis para lidar com eles, assim como informações sobre o cumprimento dos limites estabelecidos no Apetite ao Risco.

O Conselho de Administração decide as ações a adotar perante os riscos identificados e é informado de imediato sobre qualquer risco que:

- Devido à sua evolução, ultrapasse os limites de risco estabelecidos;
- Podem resultar em perdas iguais ou superiores aos limites de risco estabelecidos; Ou,
- Possam comprometer o cumprimento dos requisitos de solvência ou a continuidade do funcionamento da Entidade.

Cada um desses riscos deverá contar com uma política escrita específica para a gestão e controlo de cada risco, que deverá possuir as seguintes características:

- Delimitará de forma clara o seu âmbito de aplicação e será acompanhada por uma descrição precisa dos riscos aos quais se aplicam.
- Atribuirá as responsabilidades, estratégias, processos e procedimentos de informação necessários para a identificação, medição, vigilância, gestão e notificação dos riscos que correspondem no seu âmbito.
- Estabelecerá os deveres de comunicação diante da área responsável pelo risco aos quais estão submetidas as diferentes Áreas e Departamentos da Unidade de Negócio.

- Quando for possível, a realização de testes de resistência para o risco em questão, serão estabelecidos a sua frequência e o seu conteúdo.

As políticas de gestão de riscos específicas, após a sua aprovação pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., prevalecerão sobre esta política geral no que diz respeito ao seu âmbito.

Com base na avaliação dos riscos, o detalhe dos processos de identificação, medição, gestão, acompanhamento e notificação por tipo de risco, apresenta-se na tabela abaixo.

Tipo de Risco	Medição e gestão	Acompanhamento e notificação
Risco de Subscrição: - Longevidade - Mortalidade - Morbilidade - Revisão - Despesas - Descontinuidade - Catastrófico	Fórmula-padrão	Trimestral
Risco de Mercado Inclui os riscos de: - Taxa de juro - Ações - Imobiliário - <i>Spread</i> - Concentração - Moeda	Fórmula-padrão	Trimestral
Risco de Crédito Reflete as perdas possíveis devido ao incumprimento inesperado das contrapartes e dos devedores	Fórmula-padrão	Trimestral
Risco Operacional Inclui os riscos de perdas resultantes da inadequação ou falhas em processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos (não inclui os riscos decorrentes de decisões estratégicas ou riscos de reputação)	Fórmula-padrão Análise qualitativa dinâmica dos riscos por processos (Riskm@p). Sistema de Registos e monitoramento de eventos de Risco Operacional.	Trimestral Anual Contínuo
Risco de Liquidez É o risco da empresa não deter ativos com liquidez suficiente, que permita realizar investimentos e outros ativos, para fazer face aos requisitos necessários ao cumprimento das suas obrigações financeiras à medida que elas se vençam	Posição de liquidez. Indicadores de liquidez	Contínuo
Risco de Incumprimento É o risco de perdas resultantes de sanções legais/regulatórias ou perdas de reputação por incumprimento das leis e regulamentos, internos	Monitorização e registo dos eventos significativos	Trimestral

Tipo de Risco	Medição e gestão	Acompanhamento e notificação
e/ou externos, e requisitos administrativos aplicáveis		
Riscos Estratégicos e de Governo Corporativo Inclui os riscos de: - Ética empresarial e de bom governo corporativo - Estrutura organizada - Alianças, fusões e aquisições - Concorrência no mercado	Aplicação dos Princípios Institucionais, Empresarias e Organizacionais do Grupo MAPFRE	Contínuo

Caso ocorra uma alteração do perfil de risco, todos os cálculos derivados da fórmula-padrão serão atualizados perante qualquer alteração significativa, sendo nestes casos, informado o Conselho de Administração sobre os riscos aos quais a Entidade se encontra sujeita.

No Ponto C.6 são mencionados outros riscos a que a Entidade se encontra exposta. Não obstante, considera-se que, tendo em conta as medidas para a sua gestão e mitigação, estes não supõem um impacto relevante nas necessidades globais de solvência durante o período de vigência das suas obrigações.

B.3.3 Avaliação interna dos riscos e da solvência

A Avaliação Interna de Riscos e Solvência (doravante denominada ORSA), está integrado e faz parte do Sistema de Gestão de Riscos. E o mesmo tem processos para identificar, medir, monitorar, gerenciar e relatar os riscos, a curto e longo prazo, da Empresa durante o período previsto no plano estratégico, assim como medir a adequação de recursos de capital próprio, em conformidade com o entendimento das necessidades reais de solvência. Para o efeito, contemplará todos os riscos significativos ou potenciais fontes de risco a que a Entidade está exposta e, facilita a empreender iniciativas destinadas à sua gestão e mitigação.

A Área de Risco coordena a elaboração do ORSA, prepara a proposta de um relatório que será submetido para aprovação do Conselho de Administração, e canaliza as diferentes contribuições das Áreas ou Departamentos envolvidos no processo.

O relatório ORSA é produzido uma vez por ano, a menos que ocorram certos eventos relevantes que exijam avaliações internas adicionais durante o ano (ORSA extraordinária), atualizando as seções afetadas pelas alterações no perfil de risco, as quais mantêm o mesmo processo de aprovação.

A avaliação interna de Riscos e Solvência é realizada em coordenação com o processo de planeamento estratégico, forma parte integrante da estratégia de negócio e é tida em conta nas decisões estratégicas por forma a garantir o vínculo entre a estratégia de negócio e as necessidades globais de solvência. Para o efeito, o ORSA desenvolve projeções das necessidades globais de solvência e as provas de resistência ou “stress testes” que podem constituir um risco para a realização dos objetivos estratégicos ou de solvência da Entidade. A Direção Corporativa de Risco coordena os testes de esforço para verificar o nível de perdas

dos riscos a que o Grupo pode estar exposto, sem prejuízo da Função de Risco que executa os testes de esforço que considera apropriados para o seu negócio.

Desta forma, desde a Subdireção de Riscos leva-se a cabo atividades de gestão de capital onde se verifica:

- A classificação adequada do capital elegível de acordo com as normas aplicáveis.
- A compatibilidade da distribuição de dividendos, com o objetivo de cumprir continuamente o capital de solvência exigido. Perante a incerteza gerada pela pandemia, os Supervisores recomendaram maior prudência no pagamento de dividendos. Nesse sentido, a fim de garantir a solvência futura da Entidade e a proteção dos interesses dos tomadores e segurados, as decisões baseiam-se numa análise exaustiva e criteriosa da situação e no contexto das recomendações dos supervisores sobre o assunto.
- Conformidade contínua com capital elegível em projeções.
- As circunstâncias no montante e prazo dos diferentes elementos do capital elegível que têm a capacidade de absorver perdas.

A Área de Riscos de Riscos é responsável pela elaboração e submissão para aprovação pelo Conselho de Administração da Entidade do Plano de Gestão de Capital de Médio Prazo, dentro do qual são considerados os resultados das projeções do ORSA.

A informação pormenorizada sobre a gestão de capitais está incluída no ponto E.1.1 do presente relatório.

B.4. Sistema de Controlo Interno

B.4.1. Controlo Interno

Desde julho de 2008, que a Entidade adotou uma Política de Controlo Interno, aprovada e revisto anualmente pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. em que expõe os procedimentos e as metodologias das ações mais importantes a serem desenvolvidas para assegurar o sistema de Controlo eficaz. Os órgãos de governo revisam periodicamente que as responsabilidades e atuações estabelecidas na política de controlo interno ajustam-se à evolução das necessidades do negócio e às alterações produzidas no ambiente da indústria seguradora.

A implementação do Sistema de Controlo Interno na MAPFRE baseou-se na aplicação ampla e exaustiva da norma COSO³, segundo a qual existe uma relação direta entre os objetivos que a entidade pretende atingir, os componentes do sistema de controlo interno (que representam o que a organização necessita para atingir os objetivos), e a sua estrutura organizacional (unidades operacionais, entidades jurídicas, etc.).

Pela sua essência, o Controlo Interno envolve todas as pessoas, independentemente do nível profissional que ocupam na organização, que em conjunto contribuem para proporcionar uma

³ Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

segurança razoável em alcançar os objetivos estabelecidos, principalmente no que diz respeito a:

- Objetivos operativos: Eficácia e eficiência das operações, diferenciando as operações próprias da atividade seguradora (principalmente subscrição, sinistros, resseguro e investimentos), como as operações e as funções de suporte (recursos humanos, administração, comercial, legal, tecnologia, etc.).
- Objetivo de informação: Confidencialidade da informação (financeira e não financeira, e tanto interna como externa) respeitante à sua fiabilidade, oportunidade ou transparência entre outros.
- Objetivos de *Compliance*: Verificação do cumprimento das leis e normas aplicáveis.

A integração do Sistema de Controlo Interno na estrutura organizativa realiza-se segundo o modelo das três linhas de defesa, alocando responsabilidades em relação ao cumprimento dos objetivos de controlo interno, de acordo com esse modelo:

1. Uma “primeira linha de defesa”, constituída pelos empregados, a direção e as áreas operativas, de negócio e de suporte, que são responsáveis pela manutenção de um controlo efetivo das atividades que desenvolvem como parte inerente do seu trabalho de dia-a-dia. São, por isso, os que assumem os riscos e os responsáveis de desenhar e aplicar os mecanismos para garantir que os riscos não ultrapassem os limites estabelecidos.
2. Uma “segunda linha de defesa”, composta pelas funções chave de Gestão de Risco, Atuarial e *Compliance* e outras funções que assegurem o funcionamento de controlo interno.
3. Uma “terceira linha de defesa”, constituída pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente sobre a adequação, e eficácia do sistema de controlo interno e que de forma oportuna, comunica eventuais deficiências às partes responsáveis de aplicar as medidas corretivas, incluindo a Direção e Órgãos de Governo conforme se aplique.

O Sistema de Controlo Interno da Entidade está integrado e organizado em torno de cinco componentes: Ambiente de Controlo, Avaliação de Riscos, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação, e Atividades de Supervisão e consiste em tarefas e ações que estão presentes em todas as atividades da organização, e está totalmente integrada na estrutura organizacional da Entidade.

B.4.2. Função de *Compliance*

A Função de *Compliance* tem como objetivo que a Entidade opere dentro do quadro de cumprimento normativo, a fim de conseguir um ambiente global de cumprimento. Para tal, assume a responsabilidade de assessorar o órgão de administração sobre o cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas que afetam a Entidade, assim como o cumprimento das normas internas. Também realiza a identificação e avaliação do impacto de

qualquer modificação do ambiente legal nas operações da Entidade e a identificação e avaliação do risco de incumprimento.

A estrutura organizativa da Função de *Compliance* é estruturada de acordo com os requisitos normativos específicos que lhes afetem, assim como o princípio da proporcionalidade considerando o volume de negócios, a natureza e a complexidade dos riscos assumidos pela entidade, realizando a sua própria estratégia para a implementação e desenvolvimento da Função, de acordo com os critérios de referência impostos pela Direção Corporativa de *Compliance*.

A Entidade possui a função de *Compliance* encontra-se externalizada, na MAPFRE Seguros Gerais existindo assim um responsável que zela pelo correto funcionamento da mesma. As condições segundo as quais é prestada esta externalização estão descritas no ponto B.7.

Na Política da Função de *Compliance* da Entidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de março 2016 e na sua última atualização, a 2 de dezembro de 2020, são apresentadas em detalhe a estrutura, as responsabilidades atribuídas, assim como procedimentos de informação estabelecidos. A gestão dos riscos legais e de não conformidade é levada a cabo conforme a metodologia comum definida pela Direção Corporativa de *Compliance*.

A revisão da política realiza-se anualmente, contudo, esta pode ser modificada a qualquer momento, com a aprovação do Conselho de Administração da entidade sobre a sua adaptação a qualquer alteração significativa que afete qualquer um dos conteúdos. Durante o período de referencia não se introduziram alterações significativas na referida política.

A Função de *Compliance* da Entidade, informa anualmente o Conselho de Administração através da apresentação do Relatório Anual de Atividades, relatório esse que inclui o resumo das medidas tomadas em relação ao período anterior e, em particular sobre:

- O processo de gestão do risco de incumprimento.
- Avaliação e monitorização de projetos legislativos ou alterações regulamentares nas operações.
- A Gestão de políticas internas
- As atividades de formação desenvolvidas em matéria de *Compliance*.
- Qualquer incidente de incumprimento relevante.

B.5. Função da Auditoria Interna

Auditoria Interna constitui a “terceira linha de defesa” do modelo de Gestão de Riscos, devendo esta fornecer uma garantia independente sobre a eficácia do Sistema de Controlo Interno e de outros elementos do Sistema de Governação.

Com este objetivo, a Área Corporativa da Auditoria Interna do Grupo MAPFRE depende funcionalmente do Conselho de Administração da MAPFRE S.A., através do *Comité de*

Auditoria y Cumplimiento e, em particular, da sua Presidência. A Direção dos Serviços e Unidades de Auditoria dependem (funcionalmente e hierarquicamente) do Diretor Geral de Auditoria Interna. Isso permite que a função de Auditoria Interna mantenha a sua independência e objetividade perante as atividades auditadas.

A função de Auditoria Interna é subcontratada à MAPFRE Seguros Gerais e existe um responsável pela função na Empresa que garante o correto funcionamento do mesmo.

A Política de Auditoria Interna, aprovada e atualizada pelo Conselho de Administração, estabelece a missão, funções e atribuições da Área de Auditoria Interna no Grupo MAPFRE, bem como os princípios em que se baseia a sua estrutura.

Em contrapartida, o Estatuto de Auditoria Interna do Grupo, na sua última versão aprovada pelo Comité de Auditoria e Cumprimento, 25 de maio de 2021, estabelece o quadro das relações entre a Área de Auditoria Interna do Grupo MAPFRE e o Comité de Auditoria e Cumprimento, a Presidência, a Alta Direção e as Direções das Unidades de Negócio, as Áreas Regionais, as Áreas Corporativas, as funções de garantia e os auditores externos. Inclui também os direitos e obrigações dos auditores internos e o seu Código de Ética, que estabelece as regras de conduta dos auditores com base na integridade e idoneidade, objetividade, confidencialidade e aptidão.

Também um dos principais objetivos do presente documento é comunicar as principais atividades de auditoria interna, as suas recomendações e prazos, o tratamento dos relatórios de auditoria e qualquer outra circunstância geral relacionada com a atividade de auditoria interna, que deve ser realizada exclusivamente pelos Serviços e Unidades de Auditoria Interna do Grupo MAPFRE.

A política de Auditoria Interna e o Estatuto são revistos anualmente. Todas as alterações a estas revisões são aprovadas pelo Comité de Auditoria y Cumplimiento da MAPFRE S.A. e pelo seu Conselho de Administração.

B.6. Função Atuarial

A Direção Atuarial é responsável pelos cálculos matemáticos, atuariais, estatísticos e financeiros que permitem determinar as tarifas e as provisões técnicas. Participa também na modelização do risco em que se baseia o cálculo dos requisitos de capital nas empresas seguradoras, em estreita colaboração com a Direção de Riscos. Adicionalmente a área Atuarial tem a cargo a função Atuarial.

O responsável pela Direção Atuarial da MAPFRE Seguros, nomeada pelo Conselho de Administração, é o máximo responsável pela função Atuarial dentro desta Unidade de Negócio, para, entre outros, todas as tarefas definidas no regulamento aplicável de Solvência II.

A Função Atuarial realiza as seguintes atividades:

- Coordena o cálculo das provisões técnicas.
- Assegura a adequação das metodologias e modelos básicos utilizados, bem como as premissas utilizadas no cálculo das provisões técnicas.
- Avalia a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas.
- Compare as melhores estimativas com a experiência anterior.
- Informa o órgão de administração, direção ou supervisão sobre a fiabilidade e a adequação do cálculo de provisões técnicas.
- Supervisiona o cálculo das aproximações utilizadas na avaliação de provisões técnicas, nos casos em que não há dados suficientes de qualidade adequada para aplicar um método atuarial confiável.
- Pronuncia-se sobre a política de subscrição e adequação de acordos de resseguro.
- Contribui para a efetiva implementação do Sistema de Gestão de Riscos, em especial no que diz respeito à modelagem de risco na qual se baseia o cálculo dos requisitos capital.

A dependência do Responsável da Direção Atuarial de MAPFRE Seguros é dupla, por um lado, do seu superior hierárquico na entidade e, por outro lado, funcionalmente da Área Atuarial Corporativa do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2021, o Responsável da Área Atuarial da MAPFRE Seguros dependia do Diretor de Controlo da MAPFRE Seguros.

A Direção Corporativa Atuarial do Grupo MAPFRE é responsável pelo estabelecimento de princípios e diretrizes gerais de ação que levam em conta as melhores práticas estatísticas e atuariais no Grupo MAPFRE, com o objetivo de coordenar e homogeneizar as quantificações atuariais dentro do Grupo.

Da mesma forma, a partir da Direção Atuarial Corporativa, é assegurada pelo cumprimento dos princípios gerais e diretrizes de desempenho em valorizações atuariais. Deste modo, poderá promover ações corretivas naqueles casos em que, ou se detetam irregularidades em certas quantificações, ou que não seguem as orientações gerais definidas pela mesma.

Considerando o exposto, a Direção Atuarial Corporativa em colaboração com os responsáveis Atuariais Regionais dá suporte aos Departamentos Atuariais das Unidades de Negócio que requerem a sua colaboração para o cumprimento das responsabilidades que lhes correspondem individualmente.

B.7. Subcontratação

A Entidade conta com uma Política de Subcontratação de funções e/ou atividades de seguros. aprovada e atualizada anualmente pelo seu órgão de administração, o que está de acordo

com a Política de Subcontratação aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. para o Grupo. Esta política estabelece os princípios gerais, tarefas, processos e atribuição de responsabilidades no caso de ser acordada a externalização de uma função e/ou atividade crítica ou importante.

O Princípio básico de que a Política de Subcontratação da Entidade institui é que a entidade continuará a ser plenamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes das funções ou atividades que possam ser subcontratadas, da mesma maneira como se fossem realizadas internamente na Entidade.

Conforme o estabelecido na citada Política de Externalização, o Conselho de Administração da Entidade concordou em subcontratar a Função Auditoria, Atuarial e de *Compliance*, à MAPFRE Seguros de Gerais. Procedendo, também ao processo de nomear os Responsáveis pelo seu seguimento.

Da mesma forma, a Entidade concordou com a subcontratação da atividade de investimento de ativos e gestão de carteiras de investimento à MAPFRE ASSET MANAGEMENT, S.G.I.I.C. S.A, entidade localizada em Espanha e pertencente ao Grupo MAPFRE. Esta Entidade gere as carteiras de investimentos financeiros, com um nível de eficiência que permite gerir os riscos adequadamente, e quando necessário adaptar a gestão às especificidades do negócio.

Em conformidade com citada Política de Externalização, o Responsável pelo seguimento das funções e/ou atividade subcontratada, informa anualmente ao Conselho sobre o desempenho e os resultados da prestação de serviços do fornecedor das obrigações confiadas de acordo com a norma interno da empresa que regula a função fundamental e/ou atividade crítica ou importante subcontratada.

A estrutura de governo existente, garante que a Entidade mantenha um nível de controlo suficiente sobre as funções e/ou atividades críticas ou relevantes, que foram subcontratadas, nos termos estabelecidos na normativa de Solvência II.

C. Perfil de risco

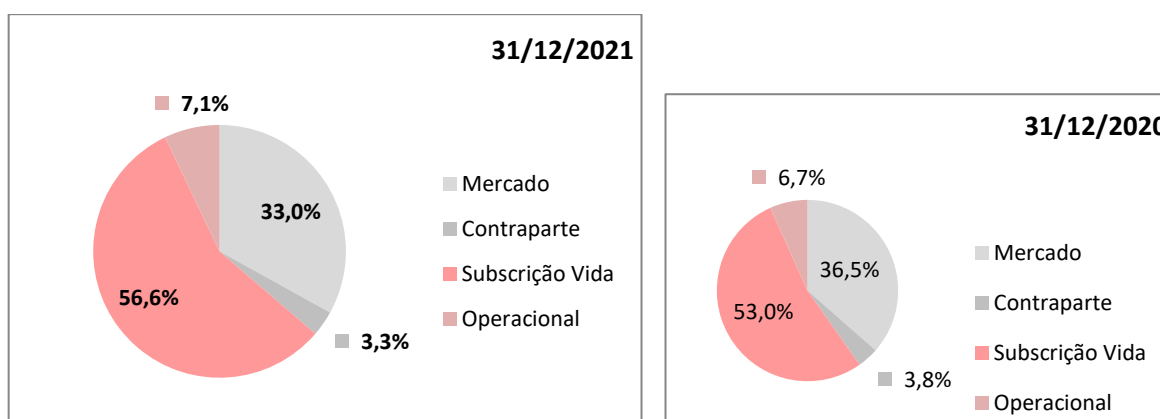
A Entidade calcula o Capital de Solvência Obrigatório (doravante RCS), em conformidade com os requisitos da Fórmula-padrão, calculo este que se explica no ponto E.2 do presente relatório. Este RCS total e para as principais categorias de risco são considerados uma boa medida de exposição ao risco já que reconhece o custo de capital correspondente aos grandes riscos (tais como os riscos de subscrição, de mercado, contraparte e operacional).

Como se explica mais à frente, nos pontos C.4 e C.6, a exposição da Entidade em relação aos riscos não incluídos no cálculo do RCS da Fórmula-padrão (como por exemplo o risco de liquidez) não é considerado significativo, uma vez que a Entidade aplica medidas eficazes para a sua gestão e mitigação.

	Capital de Solvência Obrigatório Bruto 2021	Capital de Solvência Obrigatório Bruto 2020
Mercado	8 503	8 595
Contraparte	1 503	1 611
Subscrição Vida	11 971	10 895
Subscrição Saúde	0	0
Subscrição Não Vida	0	0
Diversificação	-5 121	-5 048
Ativos Intangíveis	0	0
Capital de Solvência Obrigatório	16 857	16 052
Operacional	1 286	1 155
BSCR + Operacional	18 143	16 052

Unidade: milhares de euros

Os seguintes gráficos mostram a composição do RCS da entidade para os diferentes módulos de risco a 31 de dezembro de 2021 e 2020:



Como pode observar-se em 2021, os principais riscos a que a Entidade está sujeita são o Risco de Subscrição de 11.971 milhares de euros. A seguir a este risco, por ordem de importância,

surge o Risco de Mercado (por 8.503), devido ao grande volume da carteira de ativos e passivos que a Entidade gere e por último, o Risco de Crédito de 1.503 milhares de euros.

No exercício de 2021, aumentou ligeiramente, a exposição relativa ao risco de Subscrição, e o risco Operacional, diminuindo a sua exposição relativa aos riscos de Mercado e de Crédito. No ponto E.2.1 iremos detalhar esta informação.

Em 2021 não se produziram alterações significativas em relação às medidas utilizadas para avaliar os principais riscos dentro da Entidade.

Por outro lado, a Entidade considera que também não se produziram alterações materiais nos riscos a que está exposta, sujeitas às condicionantes derivadas da pandemia coronavírus, cujo detalhe se inclui no ponto C.6.

C.1. Risco de Subscrição

Risco de subscrição é o risco de perda ou de provocar alteração no valor das obrigações decorrentes da atividade seguradora, devido à inadequação dos pressupostos de tarifas e constituição de provisões.

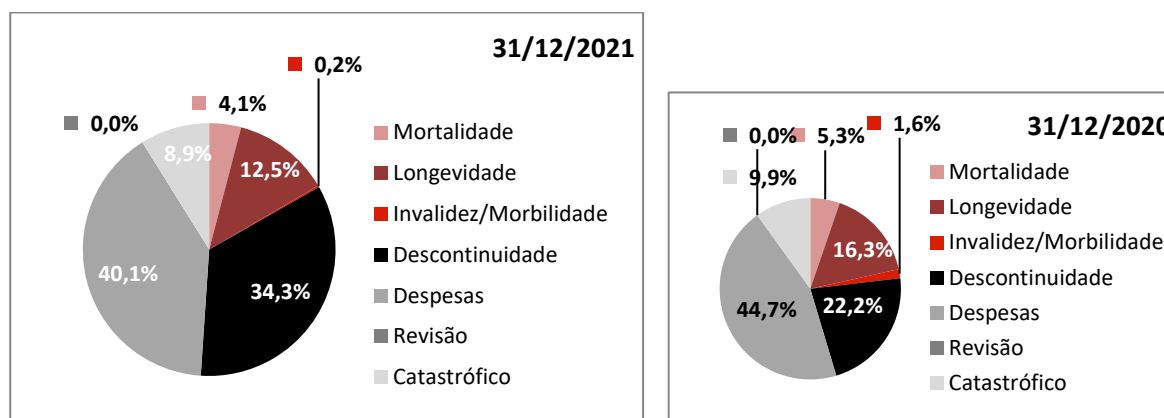
Exposição

O Risco de Subscrição, a 31 de dezembro de 2021, supõe 57,28% da soma dos módulos de riscos incluídos no RCS, cujo detalhe por módulos e as alterações em relação ao ano anterior são apresentadas nos gráficos seguintes:



Seguidamente, apresenta-se os resultados do RCS para as principais subcategorias do risco. Note-se que a exposição às diferentes subcategorias de risco não inclui a diversificação obtida a nível de categoria de riscos, nem na determinação do RCS total.

C.1.1 Sub-risco de Subscrição de Vida



As principais exposições correspondem ao risco de Despesas e Descontinuidade que supõem 74% do RCS do Risco de Subscrição e 57,3% do RCS total (diversificado).

	Capital de Solvência Obrigatório Bruto 2021	Capital de Solvência Obrigatório Bruto 2020
Mortalidade	1 890	1 979
Longevidade	3 251	3 600
Morbilidade	80	444
Descontinuidade	5 211	3 429
Despesas	5 650	5 589
Revisão	0	0
Risco Catastrófico	2 307	2 290
Diversificação	-6 422	-6 436
Total Risco de Subscrição	11 971	10 895

Unidade: milhares de euros

Técnicas de gestão e mitigação

A Entidade minimiza o risco de subscrição, através de uma série de medidas:

- Estabelece diretrizes, limites e exclusões na subscrição de riscos:**
 A Entidade estipula uma série de diretrizes, limites de autorização e exclusões nos seus manuais ou políticas para reduzir o risco de Subscrição indesejada e a exposição máxima aceitável para concentrações específicas.
- Garantir um prémio suficiente:**
 A adequação dos prémios é um elemento relevante e a sua determinação é suportada por aplicações de *software* específico.
- Dotação adequada de provisões técnicas:**
 A adequada gestão das prestações, assim como a suficiência das provisões técnicas são princípios básicos da gestão seguradora. As provisões são calculadas pela área Atuarial da Entidade e o seu valor é certificado por atuário externo responsável, o qual não participou nos cálculos.

A constituição de provisões técnicas está regulada por uma política específica.

- **Utilização de resseguro:**

A Entidade, através do seu Departamento de Resseguro, é responsável por identificar adequadamente o nível de transferência do risco apropriado em relação aos seus limites de risco previamente definidos e desenhar que tipos de acordos de resseguro são os mais adequados tendo em conta o seu perfil e apetite de risco, contando para tal com a assessoria técnica proporcionada pela MAPFRE RE. A Entidade, determinada a suas necessidades de resseguro e comunica-as à MAPFRE RE, para estabelecer de forma conjunta a estrutura condições ótimas dos contratos de cessão.

Deve-se contratar a cobertura de resseguro específica para mitigar o risco catastrófico para o qual a Entidade está exposta. As Entidades devem basear-se em relatórios especializados sobre a exposição catastrófica, geralmente executados por peritos independentes, que estimam a extensão das perdas em caso de ocorrência de um evento catastrófico. A subscrição dos riscos catastróficos é realizada com base nesta informação, o capital económico disponível para a empresa que subscreve e da capacidade de resseguro que decide contratar para a sua mitigação.

Com periodicidade anual, a Área Atuarial da Entidade analisa os contratos de resseguro em vigor e pronuncia-se sobre a adequação da cobertura contratada.

Concentração

A Entidade aplica limites que lhe permitem controlar o nível de concentração do risco de subscrição e utiliza contratos de resseguro para reduzir o risco de subscrição, derivado de concentrações ou acumulações de garantias superiores aos níveis máximos aceitáveis.

As maiores exposições ao risco de subscrição provêm de catástrofes naturais ou causados pelo homem. Para mitigar o risco catastrófico, contratam-se coberturas específicas de resseguro, dispondo de relatórios especializados de exposição catastrófica, geralmente realizados por peritos independentes, que estimam a extensão das perdas em caso de ocorrência de um evento catastrófico. A subscrição de riscos catastróficos é realizada com base nesta informação, do capital económico disponível para a empresa que as subscreve e à capacidade de resseguro que é determinada a contratar para a sua mitigação.

C.2. Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perda ou de alteração adversa da situação financeira resultante, de forma direta ou indiretamente, decorrente de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e instrumentos financeiros.

Exposição

A estratégia de investimento da Entidade segue uma política de investimento prudente, caracterizada por uma carteira de títulos de rendimento fixo em maior proporção, tendo estas um elevado *rating* de crédito. Esta política de investimento está contida no Plano de Investimento.

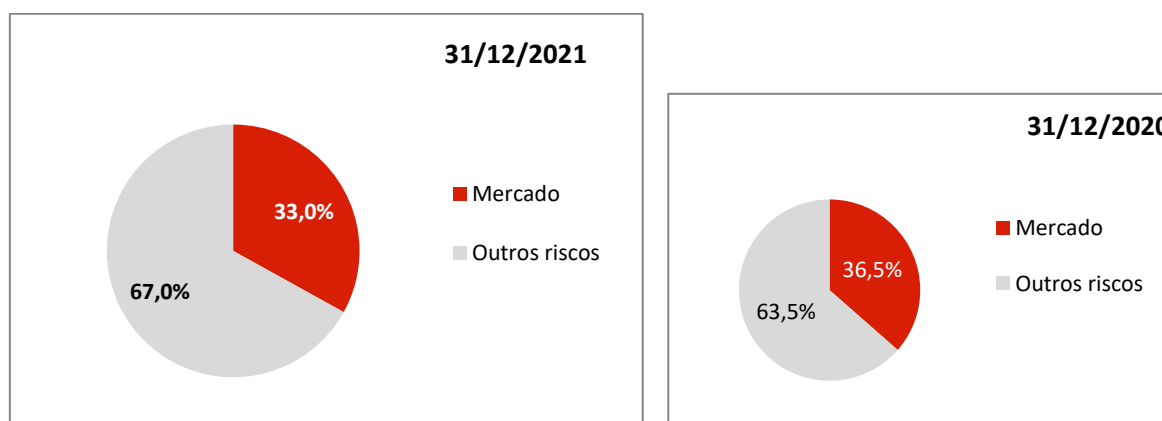
Apresenta-se, a seguir, a distribuição dos investimentos da Entidade, por categorias de ativos:

Investimentos	Investimentos a 31/12/2021	% Investimentos	Investimentos a 31/12/2020	% Investimentos
Investimentos imobiliários	1 019	0,4%	1 213	0,5%
Investimentos financeiros	233 084	99,6%	252 299	99,5%
Títulos de Rendimento Fixo	220 318	94,1%	237 697	93,7%
Títulos de Rendimento Variável	6 033	2,6%	8 041	3,2%
Outros	5 936	2,5%	4 796	1,9%
Organismos de Investimento Coletivo	797	0,3%	1 765	0,7%
Depósitos distintos dos equivalentes a numerário	0	0,0%	0	0,0%
Derivados de cobertura	0	0,0%	0	0,0%
Outros investimentos	0	0,0%	0	0,0%
Total	234 103	100,0%	253 586	100%

Unidade: milhares de Euros

A 31 de dezembro de 2021 a percentagem de investimentos em rendimento fixo é de 94,1% dos quais 81% corresponde à Dívida Soberana e o restante essencialmente a títulos de Dívida *Corporate*, com qualidade creditícia essencialmente superior ao nível 3).

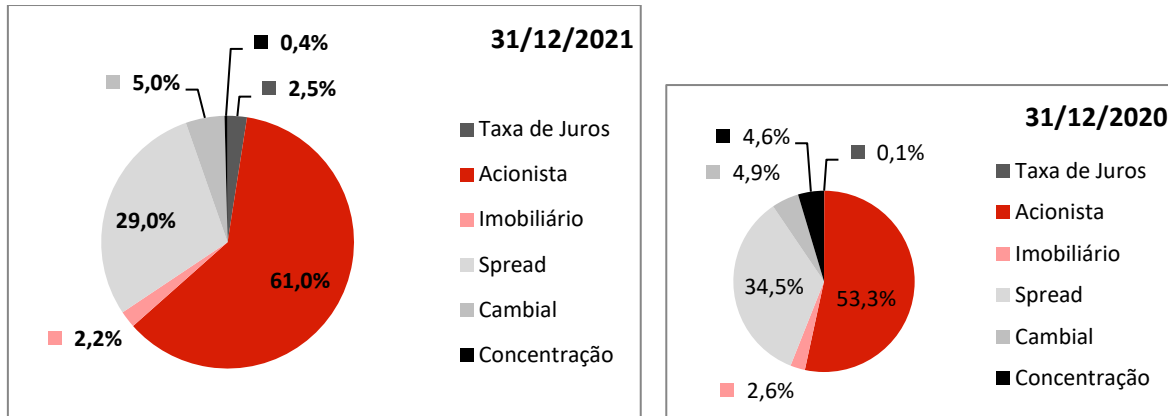
O risco de mercado em 31 de dezembro de 2021 representa 32,3% da soma dos módulos de risco incluídos no RCS, e os gráficos seguintes mostram a sua variação em relação ao ano anterior:



O principal módulo em termos de carga de capital é o de Outros Riscos, assumindo 67% sobre o montante total. Conforme exposto na tabela seguinte, o maior requisito corresponde ao risco acionista, cujos valores de consumo ascendem a 5.410 milhares de euros. As posições de capital da Entidade em ações (rendimento variável) são uma minoria, por isso, o seu impacto

é pequeno apesar do choque neste submódulo ser muito alto. O aumento em relação ao ano anterior deve-se essencialmente a um aumento neste tipo de investimento.

O gráfico seguinte mostra os resultados do RCS para as principais subcategorias deste risco:



O Submódulo de acionista é o que tem maior peso dentro deste risco (61,0%), em seguida, é o submódulo de diferencial ou “spread”, uma vez que grande parte da carteira de ativos da Entidade é investido em títulos de rendimento fixo a longo prazo, para cobrir os passivos da Entidade, que também são a longo prazo, obtendo um total de RCS de 2.819 milhares de euros.

A seguir, o RCS cambial ascende a um total de 1.091 milhares de euros, o que reflete a exposição ao risco de moeda na carteira de investimentos.

Em 4º lugar, é o Risco de Concentração, a destacar que este risco diminuiu bastante relativamente a 2020, principalmente devido às orientações que a Entidade possui na sua matriz, assumindo um RCS 530 milhares de euros (1.835 milhares de euros em 2020), e um 0,4% (4,6% em 2020) sobre o montante total do Risco de Mercado.

Seguidamente, por ordem de importância, está o submódulo de Risco taxa de juro no RCS, que reflete o desajuste entre ativos e passivos da carteira face aos movimentos nas taxas de juro livres de risco, com um total de 365 milhares de euros, 2,5% sobre o risco de mercado. Como a maioria das carteiras da Entidade é composta por Obrigações, o impacto de RCS é baixo em comparação com o total do Risco de Mercado.

Em último lugar, está o Risco de Imóveis por 255 milhares de euros e um peso de 2,6%, o qual reflete a exposição a bens de uso próprio.

A relação completa dos ativos está incluída no mapa de informação quantitativa – Lista de Ativos. Por outro lado, no Ponto B.3.4 é explicado a aplicação do princípio de prudência na gestão dos investimentos.

Técnicas de gestão e mitigação

A Entidade mitiga a sua exposição aos riscos de mercado através de uma gestão de investimentos prudente, caracterizada por uma elevada proporção de títulos de rendimento fixo de elevada qualidade creditícia e pelo estabelecimento de limites, tanto genéricos, como

específicos, em caso de exposição. Estes limites estão estabelecidos no Plano de Investimentos, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual é revisto, no mínimo, anualmente.

Na gestão de carteiras de investimento, esta distingue-se entre quatro tipos de carteiras:

- Imunizadas: carteiras que procuram uma imunização estrita das obrigações derivadas de contratos de seguro.
- *Unit-linked*: carteiras que abrangem políticas *unit-linked*.
- Gestão ativa condicionada: carteiras que procuram superar a rentabilidade comprometida e maximizar o retorno para os segurados dentro de parâmetros de prudência, tais como, carteiras com participação nos lucros, não incluídas nas carteiras imunizadas.
- Gestão Livre: carteiras nas quais se realiza uma gestão ativa e apenas condicionada por normas legais e limitações internas de risco.

No primeiro caso, as carteiras imunizadas minimizam o risco de taxa de juro, através do ajuste pelo casamento, aplicando técnicas de imunização baseadas na união de fluxos ou durabilidades.

No segundo, as carteiras que abrangem as apólices de *unit-linked*, as quais são integradas por instrumentos financeiros cujo risco é suportado pelos tomadores de seguros.

As restantes, presume-se um certo grau de risco de Mercado, conforme ao estabelecido em baixo:

- A duração modificada é uma variável de gestão de risco da taxa de juros, a qual depende dos limites estabelecidos no Plano de Investimento aprovado para as carteiras de gestão livre, assim como a duração modificada dos passivos no caso de existirem compromissos de longo prazo com os segurados.
- O risco de diferencial e de concentração é mitigado pela elevada proporção de títulos de renda fixa com *rating* de crédito classificadas como grau de investimento e através da diversificação por emitentes.
- Os investimentos em ações estão sujeitos a um limite máximo da carteira de investimentos e aos limites por emissor.
- No caso do Risco Imobiliário, pelo facto de a Entidade não deter imóveis este risco não é aplicável.
- As limitações de risco são determinadas em termos quantitativos medidos com base em variáveis facilmente observáveis. No entanto, realiza-se também uma análise de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações em termos históricos.

Concentração

A maior concentração de investimentos é na Dívida Pública Europeia.

C.3. Risco de Contraparte

O Risco de Contraparte é o risco de perda ou de modificação adversos da situação financeira, resultante de flutuações de solvência dos emissores de valores, as contrapartes e devedores eventuais, a que estão expostas as seguradoras e resseguradoras, como o risco de incumprimento das contrapartes, risco de diferencial ou concentração de risco de mercado.

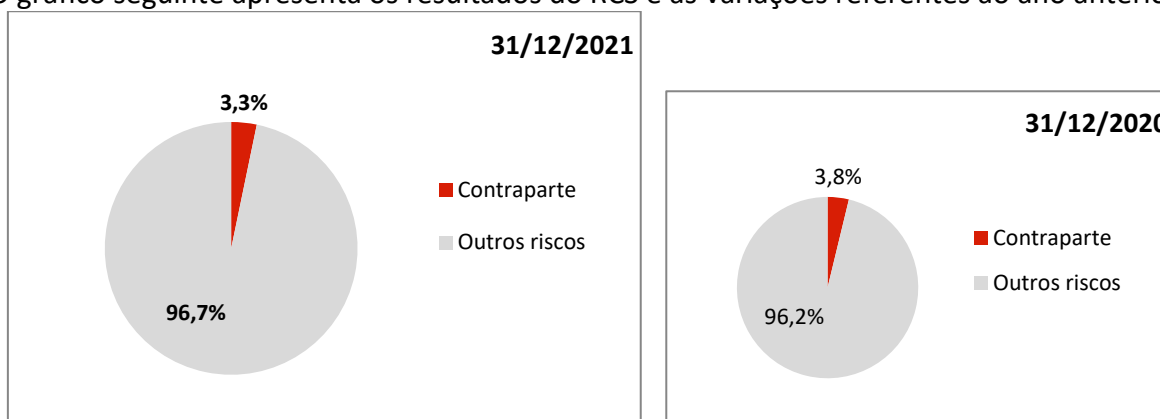
O Risco de Contraparte incluído no cálculo do RCS da Fórmula-padrão:

- Como Risco de *spread* e concentração, inserido no Ponto C.4, Risco de Mercado.
- Como Risco de incumprimento de contraparte. Neste módulo existem dois tipos de exposições:
 - Exposições do tipo 1: onde as entidades geralmente contam com classificação creditícia e inclui contratos de resseguro e de efetivo em bancos.
 - Exposições de tipo 2: inclui as contas a receber de intermediários e os débitos dos tomadores de seguros, entre outros.

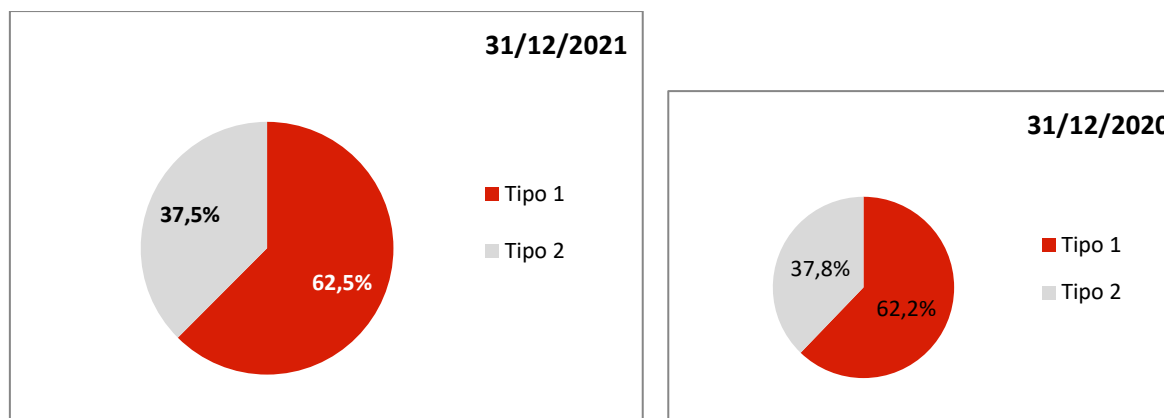
Exposição

O risco de Incumprimento da Contraparte a 31 de dezembro de 2021 atinge 3,3% da soma dos módulos de risco incluídos no RCS.

O gráfico seguinte apresenta os resultados do RCS e as variações referentes ao ano anterior:



Por outro lado, a evolução da composição de cada um dos tipos de exposição é representada nos gráficos seguintes:



Sem alterações significativas

Técnicas de gestão e mitigação

A Política de Gestão de Risco de Crédito estabelece os limites de acordo com o perfil de risco da contraparte ou do instrumento de investimento, bem como os limites de exposição em relação ao *rating* da contraparte assim como um sistema de monitorização e comunicação da exposição a este risco.

Quanto ao Risco de Contraparte em relação a investimentos, a Política da Entidade baseia-se em aplicar critérios de prudência com base na solvência do emissor. Os investimentos em rendimento fixo estão sujeitos a limites por emissor e, procura-se um grau elevado de correspondência geográfica entre os emitentes dos ativos e os compromissos.

No caso das contrapartes resseguradoras, a estratégia da Entidade é a de ceder negócio a resseguradores com capacidade financeira comprovada. Geralmente, é ressegurado em entidades com um *rating* de solvência financeira, não inferior a “Alto” (nível de qualidade creditícia 2). A monitorização destas exposições é realizada pelo Comité de *Security* do Grupo.

Os princípios básicos, de cumprimento obrigatório, que inspiram a gestão do uso de resseguro e outras técnicas de mitigação de riscos são:

- Otimização do consumo de capital.
- Otimização das condições.
- Solvência das contrapartes.
- Transferência eficaz do risco.
- Adequação do nível de transferência do risco.

Concentração

As maiores exposições ao risco de incumprimento da contraparte encontram-se em entidades financeiras e de resseguro, estabelecendo-se limites relacionados com a qualidade creditícia das contrapartes e realiza-se uma monitorização sobre sua evolução.

Em relação com o resseguro a concentração encontra-se na sua totalidade em resseguradores do Grupo que por sua vez, contam com um amplo quadro diversificado de resseguradores. As sólidas credenciais financeiras dessas organizações são muito importantes nos tempos de stress financeiro de hoje, resultantes do COVID-19.

C.4. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é o risco das entidades de seguros e resseguros não terem capacidade para realizar investimentos e outros ativos a fim de cumprir as suas obrigações financeiras na data de vencimento.

Exposição

O risco de liquidez não se inclui no cálculo do RCS da fórmula-padrão. No momento inicial da disseminação do COVID-19, observou-se algum stress de liquidez que foi reduzido pela rápida reação dos bancos centrais ao fornecer liquidez ao sistema. A exposição ao risco de liquidez considera-se baixa, tendo em conta a estratégia de investimento prudente conforme o estipulado na política de investimento, a qual se caracteriza por uma elevada proporção de valores de rendimento fixo de elevada qualidade creditícia cotizados em mercados líquidos e, adicionalmente, o risco de liquidez perante eventos extremos é minimizado com a utilização do resseguro como técnica para reduzir as concentrações ao risco de subscrição e à seleção de resseguradores de uma elevada qualidade creditícia.

Técnicas de gestão e mitigação

A Entidade dispõe de uma Política de Gestão de Risco de Liquidez e uma Política de Gestão de Ativos e Passivos que representam o quadro de ação neste âmbito. A Política de Gestão de Risco de Liquidez estabelece que se deve dispor, a qualquer momento, um volume de ativos líquidos de grande qualidade, linhas de crédito disponíveis e entradas previstas de caixa suficientes para cobrir as saídas de efetivo esperadas para cada um dos seguintes 30 dias.

O desempenho geral baseia-se na manutenção de saldos de tesouraria suficientes para cobrir com folga os compromissos decorrentes das suas obrigações com os segurados e os credores. Assim, de acordo com as contas anuais, a 31 de dezembro de 2021, o saldo caixa e outros ativos líquidos equivalentes totalizaram 4.763 milhares de euros (7.789 milhares de euros no ano anterior), o equivalente a 2,0% do total de investimentos financeiros e de tesouraria.

Por outro lado, e no que diz respeito aos seguros de Vida e Poupança, a política de investimentos aplicados no casamento dos prazos de vencimento dos investimentos com as obrigações decorrentes em contratos de seguros, reduzem o Risco de Liquidez a longo prazo.

Além disso, a maioria dos investimentos em renda fixa têm um *rating* de crédito elevado e são negociáveis em mercados organizados, o que dá uma grande capacidade de ação antes de potenciais tensões de liquidez. A Entidade está confiante de que sua posição de liquidez permitirá que ela resista às pressões de liquidez que podem ocorrer nos próximos meses devido ao COVID-19.

Concentração

Não se identificaram concentrações de risco em relação ao risco de liquidez.

Benefícios esperados incluídos nos prémios futuros

No cálculo da melhor estimativa das provisões técnicas consideram-se os resultados esperados incluídos nos prémios futuros (no caso de ser positivo, como o menor valor da melhor estimativa, ou, o de maior valor em caso de perdas esperadas). A 31 de dezembro de 2021, não existiram resultados esperados futuros.

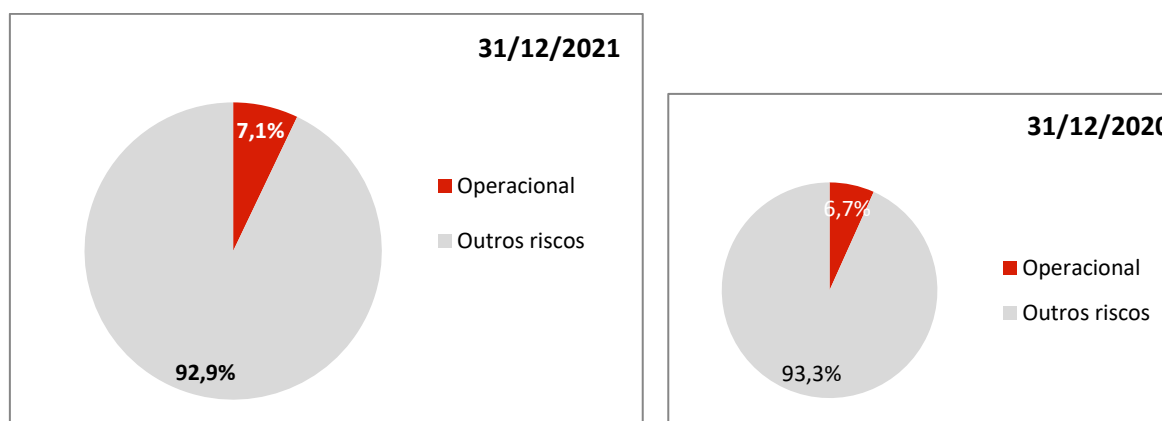
Dada a quantidade de ativos com alto rating de crédito cotados em mercados líquidos, a Entidade considera que não teria grandes dificuldades em lidar com uma alteração inesperada nos fluxos de caixa (entradas e saídas mais baixas).

C.5. Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco de perda consequente de processos internos inadequados ou deficientes, dos funcionários ou sistemas, ou de eventos externos.

Exposição

O risco operacional, a 31 de dezembro de 2021, representa 7,1% da soma dos módulos de risco incluídos no RCS, apresentando-se, seguidamente, nos gráficos seguintes as alterações com respeito ao exercício anterior:



A redução deste risco deve-se a redução das provisões técnicas, apesar do aumento destas no segmento de Unit-Linked e subsequente aumento das despesas respeitando a este segmento.

Técnicas de gestão e mitigação

A Entidade conta com sistemas para a monitorização e controlo do risco operacional, no entanto a possibilidade de sofrer perdas operacionais não pode ser excluída dada a dificuldade de previsão e quantificação deste tipo de riscos.

O modelo de gestão de risco operacional é baseado numa análise qualitativa e dinâmica dos processos, para que os gestores de cada área ou departamento identifiquem e avaliem os potenciais riscos que afetam tanto os processos de negócio como os de suporte ao negócio.

Esta análise considera a autoavaliação de riscos, a documentação de manuais de controlos internos nos quais se identificam os controlos associados a riscos, a avaliação da efetividade dos mesmos e a gestão das medidas corretivas estabelecidas para mitigar ou reduzir os riscos e/ou melhorar o ambiente de controlo.

Na monitorização de riscos e controlos desenvolvida no exercício de 2021 observou-se uma ligeira melhoria na criticidade dos riscos analisados, assim como da efetividade dos controlos vinculados a esses mesmos riscos, encontrando-se ambos os indicadores dentro dos níveis aceitáveis estabelecidos.

Adicionalmente a Entidade implementou o registo de eventos de perdas operacionais para sua caracterização e monitorização.

Concentração

Não foram identificadas concentrações de risco em relação ao risco operacional, com exceção dos sistemas informáticos que a Entidade utiliza para a gestão e subscrição das suas apólices de seguro. A indisponibilidade prolongada destes sistemas poderia ter um impacto negativo nas operações, mas esta possibilidade é considerada remota, uma vez que existem mecanismos comprovados de continuidade de negócios em vigor para a mitigar.

C.6. Outros riscos relevantes

Neste ponto incluímos, outros riscos, o qual a MAPFRE Seguros considera como parte do seu perfil de risco e que não estão incluídos na fórmula-padrão e que são identificados no processo ORSA. Geralmente, são riscos de carácter qualitativo.

C.6.1. Risco Geopolítico: Conflito Ucrânia-Rússia

No momento em que se elabora este relatório, os efeitos económicos que o conflito Ucrânia-Rússia possa ocasionar ainda são incertos. No entanto, deve-se notar que a entidade não mantém qualquer exposição nesses territórios, de modo que o impacto direto nas operações de subscrição e investimento não é relevante.

O conflito já causou, entre outros efeitos, um aumento da volatilidade nos mercados financeiros e dos preços no mercado de *commodities* que pressionam para cima o nível atual

dos preços no consumidor. Dependendo da evolução do conflito, podem ser causadas tensões macroeconómicas que afetam as taxas de crescimento do produto interno bruto dos países em que a MAPFRE atua e, conseqüentemente, o comportamento do mercado de seguros como um todo.

C.6.2. Pandemia de coronavírus (COVID-19)

Durante o último trimestre do ano registou-se uma melhoria progressiva da situação pandémica da COVID-19, graças aos progressos no processo de vacinação. Isto permitiu-nos permanecer cautelosamente otimistas sobre a evolução da situação pandémica, com cada vez mais países a aproximarem-se gradualmente da normalidade. Neste ambiente, o aparecimento de novas ondas de contágio e o aparecimento de novas variantes poderia limitar o regresso à plena normalização da atividade económica, o que poderia afetar tanto na procura de certos produtos como alterar a taxa de sinistralidade esperada para outros.

Nestas circunstâncias, a Entidade levou a cabo uma série de ações

Medidas de seguimento e mitigação

O observatório corporativo permite detetar e acompanhar a evolução da disseminação de doenças. Temos preparado o plano de contingência e o comité de crise que é ativado assim que se justifique.

C.6.3. Rutura de Alianças e Acordos de Distribuição

Ao longo dos últimos anos foram desenvolvidas parcerias de distribuição que foram ganhando um peso muito significativo no total das vendas anuais da Entidade:

- Risco de redução dessas mesmas parcerias em volume.

O elevado volume que esta concentração deverá ser objeto de um especial seguimento. Assim sendo, propuseram-se uma serie de medidas de gestão para a elevada concentração detetada:

- Plano crescimento em todos os canais e possíveis aquisições e novas parcerias.

Estas concentrações deverão ser objeto de um maior acompanhamento. Assim sendo, propuseram-se uma serie de medidas de gestão para a elevada concentração detetada:

- A companhia introduziu iniciativas no seu plano estratégico, destacando-se o aumento da rede própria e específica,
- Criação de uma estrutura dedicada ao negócio de empresas, conforme o estabelecido no já citado Plano de Desenvolvimento de Negócio
- Plano de Crescimento

C.6.4. Ciber-segurança

Os riscos de cibersegurança ou Cyber Rysks são os riscos associados ao desenvolvimento de uma atividade de negócio, incluindo a gestão e controlo de dados, num ambiente digital ou "Ciber". Estes riscos surgem da utilização, processamento e transmissão de dados eletrónicos através de sistemas de informação, redes de comunicações e da própria Internet, e incluem danos físicos causados por Cyber Incidentes, bem como fraudes cometidas através da utilização inadequada ou imprópria de dados.

O Grupo MAPFRE, através da Direção Corporativa de Segurança, tem capacidades avançadas destinadas a protegê-lo contra os Cyber Riscos e a aumentar a resiliência digital da companhia. Para o efeito, possui um Centro de Controlo Geral (CCG-CERT), integrado na rede FIRST e no grupo CSIRT.es, que funciona como Centro de Operações de Segurança (SOC) Global e permite a monitorização contínua (24 horas, 7 dias) tanto da situação de segurança da plataforma tecnológica da MAPFRE como da sua informação proprietária acessível em sistemas de terceiros, permitindo a deteção precoce de possíveis Incidentes Cibernéticos e uma resposta rápida aos mesmos. O CCG-CERT é certificado nas normas ISO 9001, ISO 27001 e ISO 22301.

A MAPFRE S.A. tem uma Apólice de Seguro de Cibersegurança que cobre vários Riscos de Cibersegurança para todas as Empresas do Grupo.

Em 2021, foi aprovado e implementado o Plano de Ciber-Resiliência (PCR) do Grupo MAPFRE, que, com um horizonte de execução de 3 anos, será o plano diretor que articula a evolução da MAPFRE em termos de Cibersegurança, Privacidade, Proteção de Dados e Resiliência Operacional Digital.

Por outro lado, o aumento do trabalho remoto e a emergência de novos mecanismos de ciberataque que exploram as fraquezas do conhecimento e/ou da consciência exigiram um novo impulso no desenvolvimento e evolução da Cultura de Cibersegurança. Por esta razão, foi lançado um novo Plano de Sensibilização e Formação Corporativa nesta área, abrangendo o Grupo MAPFRE como um todo e que será desenvolvido ao longo dos próximos três anos.

C.6.5. Parceiros para a inovação e desenvolvimento de novos negócios

A transformação digital no sector dos seguros tem sido um processo contínuo e ao longo da história desde cedo investiu na tecnologia. A Entidade acompanha a evolução das sociedades para conseguir dar a resposta mais adequada às novas realidades, às alterações e novos riscos que surgem, como, por exemplo, os ciberrisco.

Estão a surgir novas necessidades de proteção de pessoas e bens porque os riscos a que estamos expostos estão a mudar. Estas alterações são cada vez mais rápidas e desafiantes, e as seguradoras têm cada vez mais a obrigação de ser mais proactivas, assumindo a inovação tecnológica como uma realidade do quotidiano do consumidor.

Medidas de seguimento e mitigação

Existência de novas automatizações, tecnologias de deteção e proteção que a indústria automóvel está a desenvolver e que alteram o comportamento dos veículos em circulação. Temos a realidade dos veículos autónomos que vai constituir uma verdadeira mudança de paradigma. No universo da habitação, temos a domótica e a IoT (The Internet of Things). Na saúde, a vertente da prevenção e os hábitos de vida saudável estão cada vez mais na ordem do dia e a tecnologia tem dado aqui um importante contributo. A análise de risco e a prestação da seguradora têm agora de ter cada vez mais em conta esses vetores.

C.6.6. Caida de carteira/anulações

Quanto a taxa de resgates dos produtos financeiros, esta permaneceu, em termos homólogos, relativamente estável. No entanto para este tipo de produtos que alterações da taxa de juro futuras são importantes para explicar os retornos, assim sendo o rendimento desce quando as taxas de juro têm um comportamento de subida, o que pode levar a um maior aumento dos resgates. Ou seja, este tipo de risco está muito ligado ao risco de taxas de juro. Ainda neste âmbito, os seus efeitos traduzem-se em pressões sobre a rendibilidade e a solvabilidade dos operadores, por via de maiores dificuldades no cumprimento das garantias contratuais dos produtos existentes e no financiamento das responsabilidades com planos de benefício definido assumidas pelos fundos de pensões, bem como por constrangimentos na conceção de novos seguros financeiros com garantias suficientemente apelativas.

Medidas de gestão e mitigação

- Gestão adequada da carteira tendo em conta uma Gestão de Ativos/Passivos.
- Acompanhamento na comissão de produtos. Possível impacto na comercialização de produtos de Investimento.
- Fidelização de clientes e da rede agentes.

C.7. Outras informações

C.7.1. Análise de Sensibilidade dos riscos significativos

A Entidade realiza análise de sensibilidade do rácio de solvência a determinadas variáveis macroeconómicas, das quais destacamos as seguintes:

- Taxas de Juro (subida ou descida)
- UFR – *Ultimate Forward Rate*⁴ (diminuição)
- Avaliação dos títulos de rendimento variável (diminuição)

⁴ O UFR é a taxa de juro a longo prazo que se utiliza como referência para construir a curva de taxa de juro nos prazos para os quais não existem indicadores de mercado. O UFR utilizado nos cálculos de solvência em 31/12/2021 é 3,60%.

- Diferenciais (*Spreads*) *corporate* e soberanos

No quadro seguinte é apresentado a sensibilidade do rácio de solvência a alterações destas variáveis:

	31/12/2021	Varição em pontos percentuais
Rácio de Solvência (RS)	301,1%	-
RS em caso de subida da taxa de juro em 100 pontos base	278,5%	-23 p.p.
RS em caso de descida da taxa de juro em 100 pontos base	264,5%	-37 p.p.
RS no caso do UFR (<i>Ultimate Forward Rate</i>) 3,45%	271,3%	-30 p.p.
RS em caso de caída dos investimentos em rendimento variável de 25%	300,6%	-1 p.p.
RS no caso de aumento dos <i>Spreads corporate</i> de 50 pontos base	268,1%	-33 p.p.
RS no caso de aumento dos <i>Spreads corporate</i> e soberanos de 50 pontos base	250,4%	-51 p.p.

p.p.: pontos percentuais

A sensibilidade do rácio de solvência⁵ a certas variáveis do ramo Vida foi também calculada.

	31/12/2021	Varição em pontos percentuais
Rácio de Solvência (RS)	301,1%	-
RS em caso de aumento de 5% no rácio de mortalidade (produtos sem risco de longevidade)	301,6%	-1 p.p.
RS em caso de diminuição de 5% no rácio de mortalidade (produtos sem risco de longevidade)	300,2%	1 p.p.
RS em caso de aumento de 5% do rácio de invalidez	301,0%	0 p.p.
RS em caso de aumento de 10% nos gastos	258,0%	43 p.p.
RS em caso de aumento de 10% em anulações	294,6%	6 p.p.

p.p.: pontos percentuais

Além disso, são efetuadas análises de sensibilidade sobre o rácio de solvência devido à não aplicação das medidas transitórias de provisões técnicas e de mercado, das ações, e devido à não aplicação de ajustes de correspondência e volatilidade. A técnica da correspondência é uma medida eficaz e uma boa prática para a mitigação do risco de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2021, os impactos acumulados das medidas transitórias e dos ajustes aplicados no cálculo do rácio de solvência são:

Rácio de solvência 31/12/2021	301,1%
Impacto de transitória de provisões técnicas	-45 p.p.
Total rácio sem medidas transitórias	255,6%

Rácio de solvência 31/12/2021	301,1%
Impacto de ajuste por volatilidade	-3 p.p.
Total rácio sem ajustes por volatilidade	298,3%

p.p.: pontos percentuais

⁵ Apenas foi calculado o efeito sobre os fundos próprios elegíveis, não sobre o RCS.



O método aplicado para a obtenção dos resultados consiste em:

- Estabelecer a uma determinada data uma situação de partida referida no balanço económico, capital de solvência obrigatório (RCS) e rácio de solvência.
- Selecionar as variáveis iniciais que se veriam afetadas pela aplicação das hipóteses stressadas que foram definidas para as distintas provas e cenários.
- Determinar o efeito final na solvência da Entidade, através dos novos valores das variáveis afetadas.

Os resultados destas sensibilidades demonstram que a Entidade continuaria cumprindo com os requisitos de capital de solvência nas situações analisadas.

C.7.2. Outras questões

Posições extrapatrimoniais

Não existem exposições significativas aos riscos acima decorrentes de posições fora do balanço.

D. Avaliação para efeitos de solvência

D.1 Informação sobre a avaliação dos ativos

Avaliação dos ativos para efeitos de Solvência II

O modelo de balanço apresentado, a 31 de dezembro de 2021 apresentado, é ajustado ao de Solvência II. Para tal, foi necessário reclassificar os dados da coluna “Valor Contabilístico”, ao apresentarmos os diferentes modelos de estruturas de balanço. Como consequência disto, produzem-se diferenças de classificação, em algumas rubricas, entre os dados incluídos nas contas anuais e os incluídos na coluna “Valor Contabilístico”.

Ativos	Valor Solvência II 2021	Valor Contabilístico 2021
Goodwill		0
Custos de aquisição diferidos		263
Ativos intangíveis	0	4 039
Ativos por impostos diferidos	0	0
Excedente de prestações de pensão	0	0
Ativos fixos tangíveis para uso próprio	1 019	1 019
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	233 084	233 084
Imóveis (que não para uso próprio)	0	0
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	5 936	5 936
Ações e outros títulos representativos de capital	6 033	6 033
Ações e outros títulos representativos de capital - cotadas em bolsa	6 033	6 033
Ações e outros títulos representativos de capital - não cotadas em bolsa	0	0
Obrigações	220 318	220 318
Obrigações de dívida pública	178 641	178 641
Obrigações de empresas	25 983	25 983
Títulos de dívida estruturados	13 931	13 931
Valores com garantia real	1 763	1 763
Organismos de investimento coletivo	797	797
Derivados	0	0
Depósitos diferentes dos equivalentes de caixa	0	0
Outros investimentos	0	0
Ativos mantidos para efeitos de contratos ligados a índices e Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	93 015	93 015
Empréstimos e hipotecas	153	153
Empréstimos sobre apólices de seguro	153	153
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	0	0
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:	2 087	2 542
Não Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às dos ramos Não Vida	0	0
Não Vida excluindo acidentes e doença	0	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às dos ramos Não Vida	0	0

Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida, excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	2 087	2 542
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida	0	0
Vida excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	2 087	2 542
Vida ligado a índices e a unidades de participação	0	0
Depósitos em cedentes	0	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	3 289	3 289
Valores a receber de contratos de resseguro	0	0
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	873	873
Ações próprias (diretamente detidas)	0	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou do fundo inicial mobilizados mas ainda não realizados	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	4 763	4 763
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	29	29
TOTAL ATIVO	338 312	343 069

Unidade: milhares de Euros

Seguidamente, detalham-se as avaliações de ativos, mais significativos, segundo o Solvência II, assim como as explicações qualitativas das principais diferenças de avaliação entre os critérios de Solvência II e as resultantes da elaboração das contas anuais a 31 de dezembro de 2021. A avaliação correspondente a rubricas que não apresentam diferenças entre os critérios contabilísticos e de Solvência II encontram-se detalhadas nas contas anuais da Entidade a 31 de dezembro de 2021.

Custos de aquisição diferidos

Para efeitos de balanço económico de Solvência II, a epígrafe de Custos de aquisição diferidos é valorada a zero, dado que os fluxos considerados na valoração das provisões técnicas incluem a totalidade dos gastos associados aos contratos de seguro, incluindo os derivados dos custos de aquisição. Desta forma, as valorações económicas dos fluxos associados aos custos de aquisição formam parte das provisões técnicas.

Ativos intangíveis

Para efeitos de balanço económico de Solvência II, os ativos intangíveis diferentes do *Goodwill*, devem ser reconhecidos com valor diferente de zero, unicamente no caso em possam ser vendidos de forma separada e se possa demonstrar a existência de um valor de mercado para ativos iguais ou similares. A Entidade apresenta nesta rubrica, basicamente, aplicações informáticas, para as quais se considera que não se cumprem com as condições estabelecidas na normativa de solvência antes mencionada, para registar-se a valor de mercado, motivo pelo qual se apresentam com valor zero.

Segundo a normativa estabelecida no PCES, os ativos intangíveis são avaliados pelo seu custo deduzido das amortizações acumuladas e, se existirem, das imparidades.

Montantes recuperáveis de contratos de resseguro

Para efeitos do balanço económico de Solvência II, o cálculo dos recuperáveis de resseguro é ajustado com o disposto para o cálculo das provisões técnicas do seguro direto, o que significa que essas importâncias serão registadas pela sua melhor estimativa, tendo em conta adicionalmente a diferença temporal entre os recebimentos e pagamentos diretos, assim como as perdas por incumprimento das contrapartes.

No momento de determinar o valor das importâncias a recuperar de resseguro procedentes das importâncias consideradas nas provisões técnicas foram tidos em conta os seguintes aspetos:

- Valor esperado dos potenciais incobráveis do ressegurador em função da sua qualidade creditícia e o horizonte temporal dos padrões de pagamentos esperados.
- Padrão esperado de cobranças de resseguro em função da experiência histórica.

Para as recuperáveis de resseguro que se estendem para além do período de vigência dos contratos de resseguro atualmente em vigor, foi considerado uma renovação das condições contratuais em vigor, sem modificação substancial das mesmas, nem no custo, nem nas coberturas.

Tanto a classificação dos diferentes negócios de resseguro, como o desenvolvimento da sinistralidade, baseia-se em hipóteses realizadas para o seguro direto respeitante às provisões técnicas.

O valor de recuperáveis de resseguro originadas como consequência das provisões técnicas de seguro direto está diretamente relacionado com estimativas e projeções sobre fluxos que podem estar submetidos a numerosos fatores de incerteza, principalmente os seguintes:

- Desenvolvimento sinistralidade do seguro direto, ao qual se encontram vinculados os contratos de resseguro.
- Possibilidade de fazer frente a pagamentos futuros.
- Padrão de pagamentos do resseguro.

Para efeitos do PCES, as provisões técnicas pelas cessões a resseguradores apresentam-se no ativo do balanço, e são calculados em função dos contratos de resseguro subscritos e segundo os mesmos critérios que são utilizados para o seguro direto que serão abordados mais adiante no presente relatório.

D.2. Provisões técnicas

Valor das Provisões Técnicas segundo Solvência II

De seguida, é detalhada a avaliação das provisões técnicas de acordo com os critérios de Solvência II (denominadas “Provisões de Solvência II”) por grupo homogéneo de risco, bem como as explicações qualitativas das principais diferenças de avaliação entre os critérios de

Solvência II e os utilizados para a elaboração das contas anuais (Provisões Contabilísticas – coluna “Valor Contabilístico”), a 31 de dezembro de 2021.

Provisões técnicas	Valor Solvência II 2021	Valor Contabilístico 2021
Provisões técnicas - vida (excluindo contratos ligados a índices e a unidades de participação)	199 400	194 998
Provisões técnicas – acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida)	0	0
PT calculadas como um todo	0	
Melhor estimativa (ME)	0	
Margem de risco (MR)	0	
Provisões técnicas – Vida (excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	199 400	194 998
PT calculadas como um todo	0	
Melhor estimativa (ME)	194 776	
Margem de risco (MR)	4 624	
Provisões técnicas – contratos ligados a índices e a unidades de participação	89 262	92 635
PT calculadas como um todo	0	
Melhor estimativa (ME)	88 469	
Margem de risco (MR)	793	
Outras provisões técnicas		0
TOTAL PROVISÕES TÉCNICAS	288 662	287 633

Unidade: milhares de Euros

Em resumo, a principal diferença entre estas análises deve-se à obrigação do critério sob o qual está enquadrado cada regulamento. Assim, enquanto no âmbito do Solvência II as provisões técnicas são calculadas sob critérios económicos do mercado, na abordagem de contas anuais estas são calculadas de acordo com as normas contabilísticas.

D.2.1. A melhor estimativa e a margem de risco

Melhor estimativa

Para a projeção dos fluxos de caixa considerados no cálculo da melhor estimativa, a MAPFRE, derivou, em geral, através da experiência da sua própria carteira, as hipóteses operativas e económicas que se detalham na secção seguinte. Por oposto, segundo o plano contabilístico, o cálculo das provisões técnicas de vida utiliza as bases técnicas detalhadas na nota técnica original. A variação entre as duas formas de cálculo dependerá da margem (maior ou menor) que a tarifação de cada produto tenha, com relação à sua melhor estimativa. Produzir-se-á uma diminuição da melhor estimativa segundo Solvência II, com relação à contabilística, tanto maior quanto maior for a referida margem.

O cálculo da melhor estimativa de Vida segundo Solvência II tem em conta a totalidade das entradas e saídas de Caixa necessárias nos diferentes momentos do tempo para liquidar as obrigações do negócio existentes à data do cálculo, (incluindo-se tanto os contratos em vigor como as renovações tácitas) tendo em conta o valor temporal do dinheiro (valor atual

esperado dos fluxos de caixa futuros) mediante a aplicação da pertinente estrutura temporal de taxas de juro sem risco.

A taxa de juro sem risco utilizada para a determinação das Provisões Contabilísticas determina-se em função da taxa garantida no contrato e da taxa máxima de desconto financeiro existente segundo a regulamentação local. Atualmente, a taxa de juro de desconto das provisões segundo a normativa contabilística é genericamente superior à da estrutura temporal de taxa de juro sem risco, o que produz que a melhor estimativa segundo Solvência II aumente significativamente em relação à calculada segundo os critérios contabilísticos (sendo os produtos com garantias a longo prazo os mais afetados).

Provisões técnicas	Valor Solvência II	Valor Contabilístico
Provisões técnicas - Vida	199 400	194 998
Provisões técnicas - contratos ligados a índices e a unidades de participação	89 262	92 635
Assimetrias contabilísticas	0	0
TOTAL	288 662	287 633

Os fluxos de caixa, utilizados para a determinação da melhor estimativa para o negócio de Vida, calculam-se de forma separada por apólice, exceto quando o referido procedimento é desproporcionado em relação à natureza e complexidade dos riscos. Nesse caso, realizam-se projeções através de agrupamentos de apólices, ou seja, através de *model points*, na medida em que este procedimento não desvirtue os resultados obtidos.

Em determinadas circunstâncias, a melhor estimativa das provisões pode ser negativa, para contratos nos quais o valor esperado dos direitos sobre prémios futuros supera o valor atual esperado das obrigações assumidas para esse contrato.

Para a projeção dos fluxos de caixa considerados no cálculo da melhor estimativa, a MAPFRE, derivou, em geral, através da experiência da sua própria carteira, as hipóteses operativas e económicas que se detalham na secção seguinte. Por oposto, segundo o plano contabilístico, o cálculo das provisões técnicas de vida utiliza as bases técnicas detalhadas na nota técnica original. A variação entre as duas formas de cálculo dependerá da margem (maior ou menor) que a tarifação de cada produto tenha, com relação à sua melhor estimativa. Produzir-se-á uma diminuição de melhor estimativa segundo Solvência II, com relação à contabilística, tanto maior quanto maior for a referida margem.

Opções e Garantias

A melhor estimativa inclui o valor das opções e garantias financeiras, implícitas nos contratos em vigor. Em alguns produtos, em particular aqueles que incorporam cláusula de participação nos resultados financeiros e rendimento mínimo garantido com valor de resgate não limitado à realização dos ativos, dá-se uma situação análoga à que se produz nas opções financeiras do tipo “put”. Estas opções são instrumentos financeiros derivados que permitem, em troca de um determinado custo fixo (prémio definido pelo contrato), poder beneficiar das subidas dos ativos subjacentes (os ativos nos quais se materializa o investimento) sem risco de perdas em

caso de descida. A teoria sobre a valoração das opções financeiras inclui a distinção entre o seu valor intrínseco e o valor temporal (também denominado por valor extrínseco) e existem métodos de valoração determinísticos (por exemplo a equação de *Black-Scholes*) e estocásticos (métodos de Montecarlo). A valoração destes compromissos segue os mesmos princípios teóricos e, dado que os seus fluxos prováveis são mais complexos que os de um derivado financeiro, foram utilizados métodos estocásticos. Os cenários económicos utilizados foram calibrados com base em preços de mercado suficientemente contrastados e líquidos (principalmente *swaptions* e opções sobre o Ibex).

Outros tipos de produto que apresentam opções e garantias financeiras implícitas são os produtos diferidos com opção de capital ou renda ao vencimento, quando o tipo de juro da renda se encontra garantido, ou rendas com taxa de juro mínima. Em ambos os casos, existe no contrato uma opção a favor do tomador cujo valor depende da evolução de certas variáveis financeiras (principalmente as taxas de juro).

A melhor estimativa inclui, quando corresponda, a quantificação das Participações nos Resultados discricionárias futuras que se espera atribuir, estejam as mesmas contratualmente garantidas ou não.

Limites do contrato

Tal como determinado na Diretiva de Solvência II, para poder considerar prémios futuros estabelecidos nos contratos, ao calcular a melhor estimativa de Solvência II, é necessário ter em conta os limites dos contratos. Estes correspondem, regra geral, à duração total determinada contratualmente, com a exceção dos Temporários Anuais Prorrogáveis, onde se considera as renovações tácitas, adicionalmente à própria renovação em curso.

De acordo com as provisões contabilísticas, estes limites coincidem com a exceção dos Temporários Anuais Prorrogáveis onde apenas se considera o período em curso.

Em conclusão, segundo o panorama atual, os critérios são praticamente coincidentes no caso da MAPFRE Seguros de Vida.

Considera-se que as obrigações que se derivam do contrato, incluindo as correspondentes ao direito unilateral da empresa de seguros a renovar, ou ampliar os limites do contrato e os correspondentes prémios, formarão parte do contrato, excetuando o seguinte:

- As obrigações proporcionadas pela Entidade após a data em que tem o direito unilateral a:
 - Cancelar o contrato.
 - Recusar prémios futuros em virtude do contrato.
 - Modificar os prémios ou prestações a pagar em virtude do contrato, para que os mesmos reflitam plenamente os riscos.

- Todas as obrigações que não correspondam a prémios já pagos, exceto quando seja possível obrigar o tomador de seguro a pagar o prémio futuro, e sempre e quando o contrato:
 - Não estabeleça uma indemnização por sucesso incerto especificado que afete adversamente a pessoa segura;
 - Não inclua uma garantia financeira das indemnizações.

Margem de Risco

A margem de risco, conceptualmente, equivale ao custo da disponibilização de um montante de Fundos próprios admissíveis, igual ao RCS necessário para suportar as obrigações de seguro e resseguro durante toda a sua vigência e até ao momento da lua liquidação definitiva. A taxa utilizada na determinação do custo da disponibilização desse montante de fundos próprios admissíveis é designada de taxa de custo de capital. Foi utilizada a taxa de 6% fixada na normativa de Solvência II.

Existem diversas simplificações para o cálculo dos *SCRs* futuros utilizados na margem de risco:

- Nível 1: detalha como aproximar os riscos de subscrição, de contraparte e de mercado;
- Nível 2: baseia-se na hipótese de que os *SCRs* futuros são proporcionais à melhor estimativa das provisões técnicas para o ano em questão;
- Nível 3: consiste em utilizar a duração modificada dos passivos para calcular os *SCRs* atuais e futuros num único passo;
- Nível 4: calcula a margem de risco como uma percentagem da melhor estimativa das provisões técnicas líquidas de resseguro.

Nem sempre existe uma linha clara de separação entre os níveis de hierarquia expostos. Como é o caso, por exemplo, a distinção entre as simplificações pertencentes aos níveis 1 e 2. Dado que a Entidade utiliza um método proporcional aplicando a cada módulo o submódulo relevante para o cálculo dos Requisitos de Capital de Solvência (RCS) futuros, pode-se considerar que se realizam os cálculos da Margem de Risco utilizando simplificações pertencentes aos níveis 1 ou 2.

Metodologias atuariais e hipóteses utilizadas no cálculo das provisões técnicas

As principais metodologias atuariais utilizadas pela MAPFRE no cálculo das provisões técnicas segundo Solvência II, dependendo da materialidade e das características dos riscos subjacentes, são:

- Técnicas deterministas. Consiste em calcular a melhor estimativa projetando um só cenário que incorpora um conjunto fixo de hipóteses. A incerteza é captada mediante a metodologia de derivação das hipóteses.
- Técnicas de simulação ou estocásticas. Aplica-se a negócios onde uma avaliação determinista não recolhe adequadamente o carácter aleatório das obrigações

futuras. Estas técnicas através da simulação de um grande número de cenários, tentam captar o comportamento de uma ou mais variáveis aleatórias.

- outras técnicas. Em função das características dos riscos subjacentes é possível o uso de técnicas mais analíticas baseadas em simplificações ou aproximações.

Para levar a cabo a execução destas metodologias realizam-se cálculos do valor atual esperado apólice a apólice. Não obstante, em alguns casos e quando não seja prático o cálculo apólice a apólice, foram levados a cabo cálculos de forma agregada (ou *model points*), comprovando-se que esse cálculo não desvirtua os resultados.

Na opinião da Entidade, estas metodologias utilizadas são adequadas, aplicáveis e pertinentes.

As principais hipóteses utilizadas no cálculo das provisões técnicas são de dois tipos:

- Hipóteses Económicas, as quais se comparam com indicadores financeiros e macroeconómicos disponíveis, que consistem em:
 - Estrutura de taxas de juro, por moeda nas quais se denominam as responsabilidades
 - Taxas de câmbio
 - Evolução dos mercados e variáveis financeiras
- Hipóteses não económicas, as quais se obtêm principalmente da análise dos dados da MAPRE Seguros de Vida, do Grupo MAPFRE ou informação obtida no mercado:
 - Todo o tipo de Gastos futuros que decorram da manutenção dos contratos em carteira, ao longo da vigência das apólices.
 - Resgates e anulações;
 - Mortalidade e Longevidade;
 - Invalidez e outros riscos.

Adicionalmente, cabe destacar que segundo as normas contabilísticas as ações da Direção e o comportamento dos tomadores das apólices não são recolhidos no cálculo das provisões técnicas, enquanto em Solvência II, as entidade podem estabelecer um plano integral de futuras decisões tendo em conta o tempo necessário da sua implementação para poder calcular a sua melhor estimativa, incluindo uma análise da probabilidade de que os tomadores das apólices possam exercer algum direito sobre a sua apólice de seguros.

A Entidade conta com uma função atuarial efetiva que garante a adequação e coerência das metodologias e os modelos subjacentes utilizados, assim como das hipóteses utilizadas nos cálculos.

Nível de incerteza associado ao valor das provisões técnicas

O valor das provisões técnicas está diretamente relacionado com estimativas e projeções sobre fluxos futuros que podem estar sujeitas a inúmeros fatores de incerteza, dos quais destacamos:

- Probabilidade de materializar-se a obrigação de ter de fazer face aos fluxos futuros;
- Momento no qual se materializará essa obrigação;
- Valor potencial desses fluxos;
- Taxas de juro sem risco.

Os três primeiros fatores estimam-se, geralmente, com base na experiência própria da entidade, relativamente a sinistralidade, longevidade, gastos e frequência de anulações, ou na sua ausência, com dados de mercado.

Estes fatores são geralmente estimados com base de opiniões de especialistas na área ou em dados de mercado, e a sua derivação e impacto nas disposições técnicas e os procedimentos são devidamente documentados. Contudo, é provável que a experiência futura real seja diferente e afete as avaliações do Solvência II.

D.2.2. Pacote de Medidas para o tratamento de garantias de longo prazo

A Entidade solicitou a aplicação de medidas transitórias para o tratamento das garantias a longo prazo previstas na normativa de Solvência II, as quais foram aprovadas pelo Supervisor.

O cálculo da solvência da Entidade segundo Solvência II com data a 31 de dezembro de 2021 efetuou-se considerando a respetiva medida transitória ao nível das provisões técnicas.

Ainda assim as provisões da Entidade consideram o ajustamento de Volatilidade.

Apresentamos, seguidamente a informação quantitativa relativa ao impacto das medidas de garantias a longo prazo e as medidas transitórias.

	Montante com as garantias a longo prazo e as medidas transitórias	Impacto das medidas transitórias ao nível das provisões técnicas	Impacto do ajustamento para a volatilidade definido como zero
Provisões Técnicas	288.662	-8.238	-540
Fundos Próprios de base	43.149	6.508	427
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital de Solvência	43.149	6.508	427
Requisito de Capital de Solvência	14.333	0	11
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital Mínimo	43.149	6.508	427
Requisito de Capital Mínimo	6.450	0	5

Unidade: milhares de Euros

D.2.2.a. Ajustamento de Congruência

A Entidade não utilizou este ajustamento.

D.2.2.b. Ajustamento por volatilidade

A Entidade utilizou o Ajustamento por Volatilidade, este ajustamento foi devidamente aprovado pela autoridade de supervisão.

A aplicação do ajustamento à volatilidade das taxas de juro sem risco baseia-se na diferença entre a taxa de juro obtida numa carteira de ativos de uma moeda e a estrutura básica pertinente das taxas de juro sem risco para os diferentes prazos para essa moeda, de acordo com o estipulado no artigo 77º-D da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

A aplicação do ajustamento de volatilidade das taxas de juro sem risco teve um impacto de 540 mil euros nas Provisões Técnicas.

D.2.2.c. Estrutura temporal transitória das taxas de Juro sem risco

A Entidade não utilizou a estrutura temporal transitória das taxas de Juro sem risco.

D.2.2.d. Dedução transitória sobre provisões técnicas

A Entidade utilizou a respetiva medida transitória, a qual foi aprovada pela Autoridade de Supervisão.

A dedução das provisões técnicas é aplicada ao nível dos grupos de risco homogéneo e corresponde a uma parte da diferença entre as provisões técnicas em Solvência II e as provisões técnicas em IFRS. Esta dedução pode ser aplicada durante 16 anos, mas apenas no primeiro ano pela sua totalidade, reduzindo a proporção aplicável no início de cada ano futuro.

Caso esta medida não tivesse sido aplicada, a companhia continuaria a ter Fundos Próprios para cobrir o capital mínimo obrigatório assim como o capital de Solvência obrigatório.

O recálculo da dedução transitória a 31/12/2018 foi efetuado com pressupostos e metodologias mais atuais pelo que permitem refletir de forma mais adequada a natureza das responsabilidades. O montante das provisões técnicas das responsabilidades que foram objeto de aprovação à data de 31 de dezembro de 2015 e que ainda estão em carteira a 31 de dezembro de 2018, é o seguinte por grupo homogéneo de risco:

Classes de negócio/ Grupos Homogéneos de Risco	Provisões Técnicas Brutas			Recuperáveis de Resseguro		Diferença
	Solvência I	Solvência II com VA		Solvência I	Solvência II com VA	
		Melhor Estimativa	Margem de Risco			
GHR1 - Seguros Com Participação nos Resultados	151.066	159.042	1.398	0	0	9.374
GHR3 - Outros Seguros de Vida	37.978	43.065	391	1.285	1.299	5.464
Total	189.045	202.108	1.789	1.285	1.299	14.838

Dados em milhares de euros

Assim, e uma vez que o valor da dedução transitória recalculada não pode ser superior ao que resulta da amortização linear da dedução transitória inicialmente aprovada, o montante a utilizar em 2019 é de 8.238 milhares de euros (correspondente a 11/16 avos da dedução inicial).

Classes de negócio/ Grupos Homogéneos de Risco	Dedução Transitória a 01/01/2016	Dedução Transitória a 01/01/2019		
	Total	Melhor Estimativa	Margem de Risco	Total
Seguros Com Participação nos Resultados	7.752	5.159	46	5.204
Outros Seguros de Vida	4.231	3.006	28	3.034
	11.983	8.165	73	8.238

Dados em milhares de euros

Relativamente ao exercício de 2021, a Companhia solicitou a aplicação da medida transitória, com impacto global de cerca de 8.238 mil euros.

D.2.3. Alterações significativas nas hipóteses empregadas no cálculo das provisões técnicas

Não se produziram alterações significativas em relação às hipóteses empregues no cálculo das provisões técnicas, para além das derivadas da aplicação do conjunto de garantias de longo prazo (descrito na epígrafe D.2.2.).

D.2.4. Outra informação

Hipóteses relevantes acerca das ações de Gestão Futura

As estimativas de fluxos futuros utilizadas para determinar o valor das provisões técnicas têm em conta o potencial impacto das ações futuras da gestão. Os pressupostos utilizados para determinar as respetivas ações futuras são objetivos e realistas. Essas ações são consistentes com a história recente das decisões tomadas pela Empresa, a sua cultura empresarial, os seus objetivos e estratégia de negócio e são compatíveis e não contraditórias entre si. No momento de determinar essas ações da gestão tiveram-se em conta os potenciais limites operativos, temporários, regulamentares e de negócio que pudessem apresentar-se no momento de implementar essas ações.

Hipóteses relevantes acerca da conduta dos tomadores de seguros

As estimativas de fluxos futuros utilizadas para determinar o valor das provisões técnicas têm em conta o potencial impacto do comportamento dos tomadores de seguros. As suposições utilizadas para determinar ditos comportamentos futuros são objetivas, realistas e baseadas nos dados atualmente existentes em poder da Entidade. Para a análise do potencial impacto do comportamento futuro dos tomadores, considerou-se:

- a) Em que medida o dito comportamento é benéfico, desde o ponto de vista económico para o tomador;
- b) A influência das condições económicas passadas e futuras;

- c) O impacto associado às futuras ações da gestão com base na experiência anterior;
- d) Qualquer outro elemento que previsivelmente pudesse influenciar na tomada de decisões por parte do tomador.

As principais hipóteses sobre o comportamento dos tomadores de seguros, considerados pela Empresa, estão baseadas na experiência do mesmo produto ou grupo homogéneo de produtos em exercícios anteriores.

Relativamente às hipóteses, os fatores de incerteza são:

- Diferenças entre a situação atual e o período histórico tomado como referência podem originar probabilidades de anulação futura diferentes da experiência passada. Estas diferenças podem ocorrer a nível dos produtos, nos segurados, nas circunstâncias económicas, na evolução do mercado financeiro, etc.;
- Eventos com forte impacto na opinião pública que podem afetar a confiança dos clientes na entidade, no setor de seguros / financeiro ou na economia em geral;
- Ainda que as probabilidades de anulação estimadas estejam corretas, podem ocorrer flutuações aleatórias das mesmas.

No entanto, na maioria dos casos a MAPFRE considera que o comportamento do segurado é estático diante de mudanças no ambiente económico, uma vez que a inexistência de dependência foi verificada com a informação histórica disponível, o que transforma o processo em uma função determinista.

O impacto dos possíveis desvios das anulações reais em relação aos pressupostos utilizados nas provisões técnicas é avaliado no risco de anulações dentro do cálculo do requisito de capital de solvência.

No último exercício, não houve mudanças significativas nos níveis de anulações ou resgates observados. Na maioria dos casos foram diferenciados em função da antiguidade da apólice, e em certos casos também por outras variáveis como a idade do segurado e a taxa garantida.

Descrição dos Grupos Homogéneos de Risco considerados

Para o cálculo das provisões técnicas, as responsabilidades foram segmentadas, no mínimo, pelas linhas de negócios. No entanto, foram definidos grupos homogéneos de risco mais granulares, de forma a permitir uma avaliação mais precisa das provisões.

A segmentação das responsabilidades de seguros pelas várias linhas de negócio cumpre o requerido pela Diretiva de Solvência II.

Na determinação de hipóteses não económicas para a projeção de responsabilidades, as linhas de negócio foram subdivididas por características relevantes às mesmas:

- Produtos Vida com Participação nos Resultados: subdivisão em produtos de contratação individual/coletiva e produtos a prémios periódicos/únicos
- *Unit Linked*: subdivisão em produtos de contratação individual/coletiva
- Produtos Vida sem Participação nos Resultados: subdivisão em produtos de contratação individual/coletiva, tipologia de produto (Rendas/Risco/Investimento) e produtos a prémios periódicos/únicos.

D.3 Informação sobre a avaliação de outros passivos

Descrição das valorações de outros passivos para efeitos de Solvência II

No quadro abaixo mostra-se separadamente para cada classe de outros passivos o valor dos mesmos, bem como uma comparação com o valor registado segundo critérios de contabilidade utilizados nas contas anuais de MAPFRE Seguros de Vida a 31 de dezembro de 2021, que têm sido os estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Mais se adianta que a avaliação correspondente às rúbricas que não apresentam diferenças entre o PCES e Solvência II, a mesma está detalhada nas contas anuais da Entidade.

Outros passivos	Valor Solvência II 2021	Valor Contabilístico 2021
provisões técnicas	288 662	287 633
Passivos contingentes	0	0
Provisões distintas das provisões técnicas	165	165
Responsabilidades a título de prestações de pensão	0	0
Depósitos de resseguradores	0	0
Passivos por impostos diferidos	2 065	3 276
Derivados	0	0
Dívidas a instituições de crédito	0	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	636	636
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	1 159	1 159
Valores a pagar a título de operações de resseguro	208	208
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	982	982
Passivos subordinados	0	0
Passivos subordinados não incluídos nos fundos próprios de base	0	0
Passivos subordinados incluídos nos fundos próprios de base	0	0
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	1 285	1 307
TOTAL DOS PASSIVOS	295 162	295 365
DENTE DOS ATIVOS SOBRE OS PASSIVOS	43 149	47 704

Unidade: milhares de Euros

Passivos por impostos diferidos

Os passivos por impostos diferidos são avaliados de forma análoga à indicada no ponto sobre os ativos por impostos diferidos. A Entidade reconheceu, passivos por impostos diferidos por um “valor contabilístico” de 3.276 milhares de euros em 2021.

A diferença entre o valor de Solvência II e o valor contabilístico dos passivos por impostos diferidos explica-se principalmente pelos diversos critérios de valoração das provisões técnicas, Participação na MAPFRE Seguros de Vida e Imóveis.

Dada a natureza dos Passivos por impostos diferidos, não existe uma data de expiração específica para estas obrigações.

Segundo a normativa estabelecida no PCES, os impostos diferidos reconhecem-se para as diferenças temporárias que se põem em manifesto como consequência das diferenças existentes entre a avaliação fiscal dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos. A compensação de ativos e passivos por impostos diferidos não se contemplam de acordo com o PCES a diferença do que está contemplado no balanço de acordo com o Solvência II.

A diferença entre o valor de Solvência II e o valor contabilístico de passivos por impostos diferidos é explicada, principalmente, pelas seguintes partidas do balanço:

- Imobilizado intangível
- Recuperáveis de resseguro
- Provisões técnicas.

Quaisquer outros passivos, não incluídos noutros elementos

Nesta rubrica estão reconhecidos os valores de qualquer outro passivo não incluídos nas rubricas anteriores do balanço económico e cuja avaliação já tenha sido mencionada anteriormente.

Para efeitos de balanço económico de Solvência II as Comissões e outros custos de aquisição diferidos do resseguro cedido consideram-se na valoração das provisões técnicas a incluir a totalidade dos custos associados, pelo qual não figuram neste ponto.

Pelo contrario, segundo o PCES este ponto recolhe principalmente ditas comissões e outros custos de aquisição diferida de resseguro cedido, em contraposição ao critério de valoração de solvência II.

Por outro lado, este ponto recolhe os valores de qualquer outro passivo não incluído em outras partidas de balanço económico, cujo valor a efeitos de solvência II coincide com o indicado pelo PCES.

As diferenças entre os valores considerados em ambas as avaliações devem-se basicamente à eliminação, segundo Solvência II, das comissões e outros custos de aquisição diferidos de resseguro cedido, que são considerados na avaliação das provisões técnicas, ao incluir a totalidade dos custos associados pelo valor de 22 milhares de euros. Segundo as regras estabelecidas no PCES, tais itens são consignados nesta conta.

D.4. Métodos de avaliação alternativos

A Entidade utiliza métodos alternativos de avaliação principalmente para valorizar determinados ativos financeiros não líquidos e alguns passivos, no entanto, considera-se que a utilização é limitada em termos gerais e, não tem um impacto relevante nos valores do ativo e do passivo tomado no seu conjunto.

As técnicas de avaliação alternativa ou "*mark-to-model*" são contrastadas de forma periódica com valores de mercado passados líquidos (*back-testing*), e na sua aplicação maximiza-se a utilização de *inputs* observáveis e segue-se de uma forma geral a metodologia e o detalhado na IFRS 13.

A metodologia utilizada corresponde ao desconto de fluxos futuros à taxa livre de risco incrementada por um diferencial estabelecido em base ao risco derivado das probabilidades de incumprimento do emissor, e se for o caso, falta de liquidez do instrumento.

Estes diferenciais fixam-se por comparação com a cotação de derivados de crédito ou emissões líquidas similares. A Entidade considera que esta metodologia, de aceitação generalizada e aplicação no mercado, recolhe adequadamente os riscos inerentes a este tipo de instrumentos financeiros na medida em que os mesmos não possuem derivados implícitos.

D.5. Informações adicionais

Durante o exercício não se produziram alterações significativas nos critérios de avaliação de ativos e passivos.

Arrendamentos financeiros e operativos

Locação operacional

São classificados como locações operacionais, as locações em que o locador mantém uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade.

Os contratos de locação que a Entidade mantém, dizem respeito a locações operacionais, vulgo "Renting". As locações são relativas a viaturas automóveis, sendo que cada contrato tem uma duração de 4 anos, existindo 3 contratos vigentes á data de 31.12.2021. A Entidade tem em vigor até ao ano de 2025, fluxos futuros contratualizados no valor de 58,03 milhares de euros.

São classificados como locações operacionais, as locações em que o locador mantém uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade.

D.6. Anexos

A) Ativos

Informação quantitativa de ativos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ativo	Valor Solvência II 2021	Valor Solvência II 2020
Ativos intangíveis	0	0
Ativos por impostos diferidos	0	0
Excedente de prestações de pensão	0	0
Ativos fixos tangíveis para uso próprio	1 019	1 213
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	233 084	252 299
Imóveis (que não para uso próprio)	0	0
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	5 936	4 796
Ações e outros títulos representativos de capital	6 033	8 041
Ações e outros títulos representativos de capital - cotadas em bolsa	6 033	8 041
Ações e outros títulos representativos de capital - não cotadas em bolsa	0	0
Obrigações	220 318	237 697
Obrigações de dívida pública	178 641	189 946
Obrigações de empresas	25 983	26 267
Títulos de dívida estruturados	13 931	19 166
Valores com garantia real	1 763	2 317
Organismos de investimento coletivo	797	1 765
Derivados	0	0
Depósitos diferentes dos equivalentes de caixa	0	0
Outros investimentos	0	0
Ativos mantidos para efeitos de contratos ligados a índices e Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	93 015	59 767
Empréstimos e hipotecas	153	200
Empréstimos sobre apólices de seguro	153	200
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	0	0
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:	2 087	1 891
Vida		
Não Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às dos ramos Não Vida	0	0
Não Vida excluindo acidentes e doença	0	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às dos ramos Não Vida	0	0
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida, excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	2 087	1 891
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida	0	0
Vida excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	2 087	1 891
Vida ligado a índices e a unidades de participação	0	0
Depósitos em cedentes	0	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	3 289	2 452
Valores a receber de contratos de resseguro	0	273
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	873	2 038
Ações próprias (diretamente detidas)	0	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou do fundo inicial mobilizados mas ainda não realizados	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	4 763	7 699
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	29	16
TOTAL ATIVO	338 311	327 847

Unidade: milhares de Euros / Template: S.02.01.01

B) Provisões técnicas

Informação quantitativa de provisões técnicas a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Provisões técnicas	Valor Solvência II 2021	Valor Solvência II 2020
Provisões técnicas - vida (excluindo contratos ligados a índices e a unidades de participação)	199 400	219 777
Provisões técnicas – acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida)	0	0
PT calculadas como um todo	0	0
Melhor estimativa (ME)	0	0
Margem de risco (MR)	0	0
Provisões técnicas – Vida (excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	199 400	220 480
PT calculadas como um todo	0	0
Melhor estimativa (ME)	194 776	215 208
Margem de risco (MR)	4 624	4 569
Provisões técnicas – contratos ligados a índices e a unidades de participação	89 262	59 147
PT calculadas como um todo	0	0
Melhor estimativa (ME)	88 469	58 985
Margem de risco (MR)	793	162

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.02.01.02

Provisões técnicas para Vida e Doença SLT

	Seguros ligados a índices e unidades de participação	Seguros ligados a índices e unidades de participação		Outros seguros de vida			Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro aceite	Total (Vida exceto seguros de acidentes e doença, incluindo contratos ligados a unidades de participação)
			Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias		Contratos sem opções nem garantias			
Provisões técnicas calculadas como um todo									
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associada às provisões técnicas calculadas no seu todo									
Provisões técnicas calculadas pela soma da ME e da MR									
Melhor Estimativa									
Melhor Estimativa em Valor Bruto	142 061		38 117	50 352		60 880			291 410
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte						2 087			2 087
Melhor Estimativa menos montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e resseguro finito - total	142 061					58 793			289 323
Margem de Risco	3 267	793			1 430 300				5 491
Montante da dedução transitória às Provisões Técnicas						-3 006			
Provisões técnicas calculadas como um todo									
Melhor Estimativa	-5 159					-3 006			-8 165
Margem de Risco	-45	0,00			-27				-73
Provisões técnicas - total	140 124	89 262			59 276				288 662

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.12.01.01

C) Outros passivos

Informação quantitativa relativa a outros passivos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Passivo (continuação)	Valor Solvência II 2021	Valor Solvência II 2020
Passivos contingentes	0	0
Provisões distintas das provisões técnicas	165	210
Responsabilidades a título de prestações de pensão	0	0
Depósitos de resseguradores	0	0
Passivos por impostos diferidos	2 065	429
Derivados	0	0
Dívidas a instituições de crédito	0	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	636	760
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	1 159	1 354
Valores a pagar a título de operações de resseguro	208	34
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	982	7 657
Passivos subordinados	0	0
Passivos subordinados não incluídos nos Fundos Próprios de Base	0	0
Passivos subordinados incluídos nos Fundos Próprios de Base	0	0
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	1 285	1 138
TOTAL DOS PASSIVOS	295 162	290 653
EXCEDENTE DOS ATIVOS SOBRE OS PASSIVOS	43 149	37 194

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.02.01.02

E. Gestão de capital

E.1. Informação sobre os fundos próprios

E.1.1 Objetivos políticas e processos na gestão de fundos próprios

Os principais objetivos relativamente à gestão e vigilância dos seus fundos próprios e do capital da Entidade são:

- Comprovar que capital admissível cumpre de forma contínua com os requerimentos normativos aplicáveis e com o Apetite de Risco.
- Assegurar que as projeções de capital admissível consideram o cumprimento contínuo dos requerimentos de capitais aplicáveis durante todo o período.
- Estabelecer um processo de identificação e documentação de fundos de disponibilidade limitada e as circunstâncias em que o capital elegível pode absorver perdas.
- Assegurar-se de que a Entidade possui um plano de Gestão de Capital a Médio Prazo.
- A gestão de capital terá em conta os resultados da Avaliação Interna de Riscos e Solvência (ORSA) e as conclusões extraídas durante este processo.
- No âmbito do plano de gestão de capital a médio prazo, no caso em que se preveja a necessidade de obter novos recursos, deverá ser comprovado que os novos instrumentos de capital que se emitam cumprem com os requisitos de incorporação, dentro do nível de qualidade do capital admissível desejado.

No caso de se identificar a possibilidade de que o Capital Admissível resulte insuficiente durante o período considerado nas projeções, cujo horizonte temporal é de três anos, a Área de Gestão de Riscos proporá medidas de gestão futuras a considerar para corrigir essa insuficiência e manter os níveis de solvência dentro de níveis estabelecidos na normativa pertinente e na Política de Apetite de Risco.

Por outro lado, a Área de Gestão de Riscos prepara o Plano de Gestão de Capital a Médio Prazo e submete-o ao Conselho de Administração para aprovação. O Plano tem em consideração pelo menos os seguintes elementos:

- a) O cumprimento da normativa de Solvência aplicável ao longo do período de projeção considerado, prestando especial atenção às alterações normativas futura conhecidas, e a manutenção de níveis de solvência compatível com o estabelecido no Apetite ao Risco;
- b) Toda emissão de prevista de instrumentos de Capital Admissível;
- c) Os reembolsos, tanto contractuais ao vencimento, como aqueles que seja possível realizar de forma discricionária antes do vencimento, em relação aos elementos de Capital Admissível;
- d) O resultado das projeções na Avaliação Interna de Riscos e Solvência (ORSA);
- e) Os dividendos previstos e o seu efeito no Capital Admissível, com base em uma análise minuciosa e criteriosa da situação da Entidade (tendo em conta, também, a incerteza gerada pela pandemia) para não comprometer sua solvência futura ou a proteção dos interesses dos segurados e segurados, e no contexto das recomendações dos supervisores sobre o assunto.

A Entidade utilizou a medida transitória sobre provisões técnicas, prevista na normativa de Solvência. Neste sentido avaliou a existência de capital admissível para cobrir o RCS durante o período transitório, considerando todos regimes transitório aplicados

A Área de Gestão de Riscos submeterá o Plano de Gestão de Capital a Médio Prazo ao Conselho de Administração para a sua aprovação. Este plano formará parte do relatório ORSA. O período de projeção é de 3 anos, estando assim alinhado com o enfoque utilizado no Grupo MAPFRE para a elaboração dos orçamentos.

No exercício de 2021, não foram feitas alterações significativas no que diz respeito aos objetivos, políticas e processos utilizados para a gestão dos fundos próprios.

E.1.2 Estrutura, valores e qualidade dos Fundos Próprios

Seguidamente, apresenta-se a estrutura, valores e qualidade dos fundos próprios assim como os rácios de cobertura da Entidade, isto é:

- Rácio de solvência, ou seja, o rácio entre fundos próprios e o RCS
- Rácio entre Fundos próprios e Capital Mínimo Obrigatório (RCM)

Fundos Próprios

	Total		Nível 1 - sem restrições	
	2021	2020	2021	2020
Fundos próprios de base antes da dedução por participações noutros setores financeiros como previsto no artigo 68.º do Regulamento Delegado 2015/35				
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	21 000	21 000	21 000	21 000
Conta de prémios de emissão relacionadas com o capital em ações ordinárias	0	0	0	0
Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	0	0	0	0
Contas subordinadas dos membros de mútuas	0	0		
Fundos excedentários	0	0	0	0
Ações preferenciais	0	0		
Conta de prémios de emissão relacionadas com ações preferenciais	0	0		
Reserva de reconciliação	22 149	16 194	22 149	16 194
Passivos subordinados	0	0		
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	0	0		
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	0	0	0	0
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II				
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	0	0		
Deduções				
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	0	0	0	0
Total dos fundos próprios de base após deduções	43 149	37 194	43 149	37 194
Fundos próprios complementares				
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	0	0		
Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	0	0		
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	0	0		
Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	0	0		
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.º, n.º2, da Diretiva 2009/138/CE	0	0		
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.º, n.º2, da Diretiva 2009/138/CE	0	0		
Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.º, n.º3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0	0		
Reforços de quotização dos membros - não abrangidos pelo artigo 96.º, n.º3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0	0		
Outros fundos próprios complementares	0	0		
Total dos fundos próprios complementares	0	0		

Fundos Próprios (continuação)

	Total		Nível 1 - sem restrições	
	2021	2020	2021	2020
Fundos próprios disponíveis e elegíveis				
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	43 149	37 194	43 149	37 194
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	43 149	37 194	43 149	37 194
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	43 149	37 194	43 149	37 194
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	43 149	37 194	43 149	37 194
RCS	14 333			
RCM	6 450			
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	301%			
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	669%			

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.23.01.01

	2021	2020
Reserva de reconciliação		
Excedente do ativo sobre o passivo	43 149	37 194
Ações próprias (detidas direta e indiretamente)	0	0
Dividendos previsíveis, distribuições e encargos	0	0
Outros elementos dos fundos próprios de base	21 000	21 000
Ajustamentos para elementos dos fundos próprios com restrições em relação com carteiras de ajustamento de congruência e fundos circunscritos para fins específicos	0	0
Reserva de reconciliação	22 149	16 194
Lucros Esperados		
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) - Ramo vida	1 087	0
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) - Ramo não-vida	0	0
Total dos Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP)	1 087	0

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.23.01.01

Valor admissível dos fundos próprios para cobertura do RCS, classificado por níveis

A Entidade possui 43.149 milhares de euros de fundos próprios admissíveis a 31 de dezembro de 2021 (37.194 de euros a 31 de dezembro de 2020).

Tal como estabelece a normativa dos Fundos Próprios, estes podem classificar-se em Fundos Próprios básicos e complementares. Por sua vez, os Fundos Próprios classificam-se em níveis (nível 1, nível 2 o nível 3), na medida que possuem certas características que determinam sua disponibilidade para absorver perdas.

A 31 de dezembro de 2021 a Entidade, possui unicamente Fundos Próprios básicos de Nível 1 não restringidos por uma importância de 43.149 milhares de euros. Estes Fundos Próprios possuem a máxima capacidade para absorver perdas, cumprindo os requisitos exigidos de disponibilidade permanente, subordinação e duração suficiente e estão compostos por:

- Capital social ordinário desembolsado,
- Reserva de reconciliação.

Nos quadros incluídos no início desta epígrafe apresenta-se a estrutura, valor e qualidade dos fundos próprios e apresenta-se as rubricas essenciais que foram tidas em conta para determinar a reserva de reconciliação a partir do valor do excedente dos ativos respeitantes aos passivos para efeitos de Solvência II.

O valor deste excedente ascende a 22.149 milhares de euros. Para determinar a reserva de reconciliação deduziu-se a rubrica - outros elementos dos Fundos próprios básicos - pelo valor de 21.000 milhares de euros.

A reserva de reconciliação recolhe a componente potencialmente mais volátil dos fundos próprios cujas variações se veem determinadas pela gestão dos ativos e passivos que realiza a Entidade.

Cobertura do RCS

O Capital de Solvência obrigatório (RCS) corresponde aos fundos próprios que a Entidade deve possuir para limitar a probabilidade de falência de um caso em cada 200, ou o que é o mesmo, que a Entidade ainda está em condições de cumprir as suas obrigações perante os Segurados e beneficiários de seguros nos doze meses seguintes, com uma probabilidade de 99,5%.

A normativa determina que os Fundos Próprios aptos para cumprir com o RCS, são todos os fundos próprios básicos do nível 1 não restringidos. Além disso, é admissível cobrir o RCS todos os fundos próprios básicos do nível 3 e o conjunto dos fundos próprios complementares do nível 2. Não obstante, todos os fundos próprios disponíveis da Entidade são elegíveis para a cobertura do SCR.

Todos os Fundos Próprios da Entidade são Fundos Próprios básicos de Nível 1 não restringidos pelo qual não existem limitações à sua admissibilidade para cobrir o Capital de Solvência Obrigatório (RCS) e o Capital Mínimo Obrigatório.

A Entidade não possui Fundos Próprios disponíveis não admissíveis para cobrir o RCS.

O Rácio de Solvência da Entidade é de 301%, (252% em 2020), e mede a relação entre os Fundos Próprios Admissíveis e o Capital de Solvência Obrigatório (RCS) calculado através da aplicação da fórmula-*padrão*. Demonstra a elevada capacidade da Entidade para absorver as perdas extraordinárias decorrentes de um cenário adverso e está dentro do Apetite de Risco estabelecido para a Entidade e aprovado pelo seu Conselho de Administração.

Esta melhoria do rácio de Solvência advém primordialmente do aumento dos Fundos próprios admissíveis, o qual se deveu a subida de taxas de juro.

Este rácio mostra a elevada capacidade da Entidade para absorver as perdas extraordinárias derivadas de um cenário adverso de um em cada 200 anos.

Nenhuns dos elementos que compõem os Fundos Próprios requereram a aprovação do supervisor, segundo o estabelecido na normativa vigente.

A normativa determina os fundos próprios adequados para cobrir o RCS, segundo a qual todos os fundos próprios básicos do nível 1 não restringidos são admissíveis para a sua cobertura.

Cobertura do RCM

O Capital Mínimo Obrigatório (RCM) é o nível de capital que se configura como nível mínimo de segurança abaixo do qual não devem descer os recursos financeiros. Assim sendo, corresponde ao valor dos fundos próprios básicos admissíveis abaixo dos quais os tomadores e beneficiários estariam expostos a um nível de risco inaceitável, no caso em que a Entidade continue com a sua atividade.

No que diz respeito à cobertura, todos os fundos próprios básicos não restritos de nível 1 são admissíveis. Além disso, são admissíveis a totalidade dos fundos próprios básicos de nível 2.

O rácio entre os fundos admissíveis e RCM equivale 669% em 2021 (561% em 2020).

Diferença entre Património Líquido das demonstrações financeiras e excedente de ativos em relação a passivos para efeitos de Solvência II

Na avaliação dos ativos e passivos para efeitos de Solvência II, são utilizados outros critérios que não os utilizados na elaboração de demonstrações financeiras para algumas rúbricas relevantes. Estas diferenças nos critérios de avaliação resultam em diferenças entre os ativos líquidos das demonstrações financeiras e o excedente de ativos no que respeita ao passivo a efeitos da Solvência II.

A 31 de dezembro 2021, o excedente de ativos no que respeita ao passivo para efeitos de Solvência II equivale a 43.149 milhares de euros, enquanto o património líquido a valor contabilístico ascende a 47.703 milhares de euros. Seguidamente, podem-se apreciar os principais ajustamentos que surgem a partir da reconciliação entre o património líquido em PCES e os fundos próprios de Solvência II.

	2021	2020
Património líquido (valor contabilístico)	47 703	50 210
Variação de ativos	4 757	-4 962
Impostos Diferidos	0	0
Comissões antecipadas e outros gastos de aquisição	263	-257
Ativos Intangíveis	4 039	-4 648
Imóveis	0	0
Outros ajustes	455	-57
Variação de passivos	-203	8 053
Provisões técnicas	-1 029	11 573
Outros passivos	-219	-60
Impostos Diferidos	1 211	-3 607
Outros ajustes	0	0
Excedente ativos sobre passivos (Valor Solvência II)	43 149	37 194

Unidade: milhares de Euros

As explicações qualitativas e quantitativas estão descritas nos pontos D.1 Ativos, D.2 Provisões Técnicas e D.3 Outros passivos deste relatório.

E.1.3. Informação sobre impostos diferidos

A Entidade não dispõe de ativos por impostos diferidos líquidos.

A Entidade efetuou um teste de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, e reconheceu ativos por impostos diferidos nos fundos próprios como consequência da reversão de passivos por impostos diferidos.

A Entidade apresenta passivos líquidos por impostos diferidos por importe de 2.065 milhares de euros.

E.1.4. Outra informação

Partidas essenciais para a reserva de reconciliação

A reserva de reconciliação inclui o componente potencialmente mais volátil dos fundos próprios, cujas variações são determinadas pela gestão dos ativos e passivos que a Entidade realiza.

Nos quadros, incluídos no início no ponto E.1.2 onde se recolhe informação da estrutura, valor e qualidade dos fundos próprios e também das rubricas essenciais que foram consideradas para determinar a reserva de reconciliação, partindo do valor excedente dos ativos em relação aos passivos para efeitos de Solvência II, o qual ascende a 93.149 milhares de euros.

Partidas deduzidas dos Fundos Próprios

A Entidade não deduziu rubricas para o cômputo dos fundos próprios.

Fundos Próprios emitidos e instrumentos resgatados

Durante o exercício, a Entidade, não emitiu instrumentos de fundos próprios nem realizou nenhum resgate dos mesmos.

Medidas Transitórias

A Entidade não utilizou elementos dos fundos próprios aos quais tenha aplicado medidas transitórias.

Dívida Subordinada

Não aplicável.

Mecanismo de Absorção de Perdas principal

A Entidade não possui elementos dos Fundos Próprios que possuam mecanismo de absorção de perdas para o cumprimento do estabelecido no artigo 71, ponto 1, alínea e) do Regulamento Delegado (EU) 2015/35.

E.2. Capital de Solvência Obrigatório e Capital Mínimo Obrigatório

E.2.1. Capitais de Solvência Obrigatórios

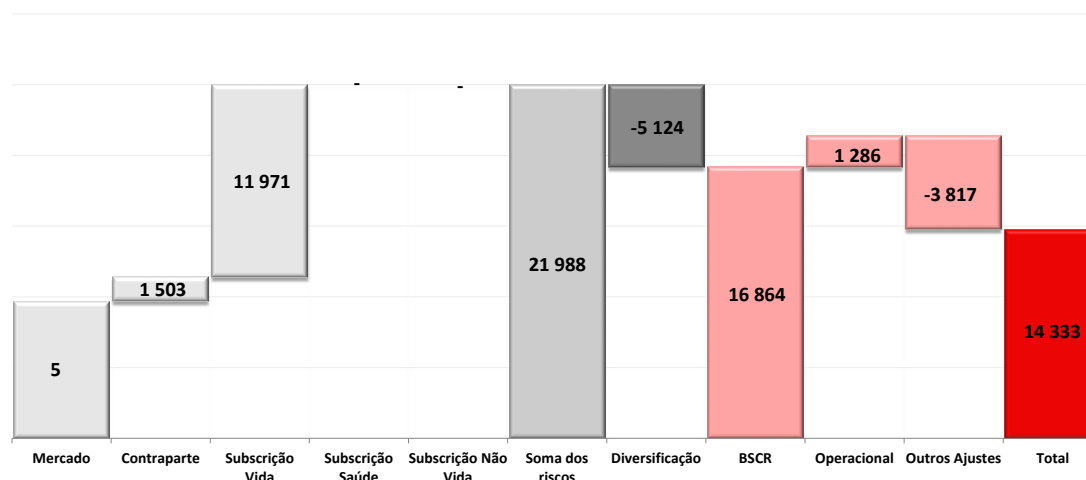
Seguidamente, detalha-se o Capital de Solvência Obrigatório (RCS) por módulos de risco, calculado mediante a aplicação da fórmula-padrão:

	Requisito de capital de solvência bruto	PSU	Simplificações
Risco de Mercado	8 513		
Risco de incumprimento pela contraparte	1 503		
Risco específico dos seguros de vida	11 971		
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	0		
Risco específico dos seguros de não-vida	0		
Diversificação	-5 124		
Risco de ativos intangíveis	0		
Requisito de Capital de Solvência de Base	16 864		

Cálculo do Requisito de Capital de Solvência	
Risco operacional	1 286
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	-7
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	-3 810
Requisito de capital para atividades exercidas nos termos do artigo 4.º da Diretiva 2003/41/CE	0
Requisito de capital de solvência excluindo acréscimos de capital	14 333
Acréscimos de capital já decididos	0
Requisitos de capital de solvência	14 333
Outras informações sobre o RCS	
Requisito de capital para o submódulo de risco acionista baseado na duração	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para a parte remanescente	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para os fundos circunscritos para fins específicos	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para as carteiras de ajustamento de congruência	0
Efeitos de diversificação devidos À agregação RCS1 dos FCFE para efeitos do artigo 304.º	0

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.25.01.01

O quadro seguinte apresenta a composição do RCS, sobre o qual demos a informação na Seção C do presente relatório.



Unidade: milhares de Euros

O valor total do RCS da Entidade, a 31 de dezembro de 2021 ascende a 14.333 milhares de euros, sendo que a 31 de dezembro de 2020 era de 14.738 milhares de euros.

Na rubrica “Outros ajustes”, apresenta-se, de forma conjunta, a capacidade de absorção de perdas pelas Provisões Técnica e por Impostos Diferidos.

A capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas ascende a 7 milhares de euros (10 milhares em 2020) e a capacidade de absorção de perdas do imposto diferidos ascende a 3.810 milhares de euros (2.460 milhares em 2020).

O valor do RCM da Entidade, a 31 de dezembro de 2021, ascende a 6.450 milhares de euros, sendo que a 31 de dezembro de 2020 era de 6.632 milhares de euros. Esta redução deve-se fundamentalmente à diminuição do próprio RCS.

Para o cálculo do RCS a entidade não utilizou nem simplificações nem parâmetros específicos.

Na tabela seguinte mostra-se o valor do RCM da Entidade e os distintos elementos que se utilizam para o seu cálculo, que são para as distintas linhas de negócio:

- Melhor estimativa líquida (de resseguro e SPV) e Provisões Técnicas calculadas como um todo
- Prémios adquiridos líquidos (de resseguro) nos últimos 12 meses
- Capital em risco total líquido neto (de resseguro e de SPV).

Componente da fórmula linear relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro vida			
Resultado de RCM(L)	8 019	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) do capital em risco total
Responsabilidades com participações nos lucros - benefícios garantidos		137 232	0
Responsabilidades com participações nos lucros - benefícios discricionários futuros		2 892	0
Responsabilidades de seguros ligados a índices e a unidades de participação		88 469	0
Outras responsabilidades de (re)seguro dos ramos vida e acidentes e doença		57 189	0
Total do capital em risco para todas as responsabilidades de (re)seguro do ramo vida		0	1 816 041

Cálculo do RCM global	
RCM Linear	8 019
RCS	14 333
Limite superior do RCM	6 450
Limite inferior do RCM	3 583
RCM combinado	6 450
Limite inferior absoluto do RCM	4 000

Requisito de capital mínimo	6 450
------------------------------------	-------

Unidade: milhares de Euros/ Template: S.28.01.01

O RCM linear é de 8.019 milhares de euros. Este RCM linear obtém-se aplicando os fatores correspondentes aos dados que se utilizam para o seu cálculo e que se recolhem nas tabelas

anteriores. O RCM combinado é de 6.450 milhares de euros. Este RCM combinado, é resultado da aplicação dos limites máximo RCM linear.

Como o RCM combinado está por acima do mínimo absoluto do RCM (que é de 3.583 milhares de euros), o valor RCM combinado considera-se como valor do Capital Mínimo Obrigatório, que é, portanto, de 6.450 milhares de euros.

E.2.2. Informação relativa ao Capital de solvência obrigatório e ao Capital mínimo obrigatório

O cálculo da capacidade de absorção de perdas de impostos diferidos (LAC DT) sob os seguintes pressupostos é detalhado abaixo:

	LAC DT
LAC DT	5.109
LAC DT justificada pela reversão de passivos por impostos diferidos	2.065
LAC DT justificada por referência aos prováveis lucros económicos tributáveis futuros	3.044
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, ano em curso	0
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, anos futuros	0
LAC DT máxima	3.810

E.3. Uso do submódulo de risco de ações baseado na duração no cálculo do Capital de Solvência Obrigatório

A Entidade não utilizou esta opção na avaliação para fins de solvência.

E.4. Diferenças entre a Fórmula Padrão e qualquer modelo interno utilizado

A Entidade não utiliza Modelos Internos nos seus cálculos das necessidades de Solvência, rege-se pela Fórmula Padrão de Solvência II.

E.5 Incumprimento do Capital Mínimo Obrigatório e do Capital de Solvência Obrigatório

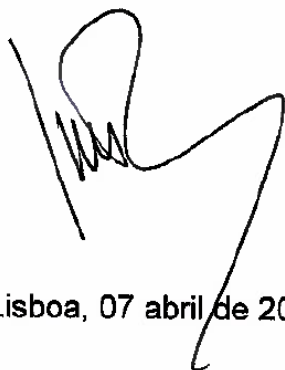
A 31 de dezembro de 2021, a Entidade mantém uma adequada cobertura do Capital de Solvência Obrigatório e do Capital Mínimo Obrigatório com Fundos Próprios admissíveis, por tal motivo não foi necessário considerar a adoção de nenhum tipo de medidas corretivas para tal efeito.

Não foram identificados riscos que sejam razoavelmente previsíveis de incumprimento do RCM nem do RCS da Entidade, pelo que não se considerou necessário desenvolver planos adicionais aos já estabelecidos de controlo e vigilância para manter o cumprimento de ambos.

E.6. Informações adicionais

Não existe outra informação material sobre a gestão de capital que não esteja incluída em capítulos anteriores.

P'lo Conselho de Administração



Lisboa, 07 abril de 2022